



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2003

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Fernando Santos Pereira  
Ascenso Luís Seixas Simões  
Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos  
António João Rodeia Machado

## SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

**Antes da ordem do dia.** — Deu-se conta da apresentação de requerimentos e da resposta a alguns outros, das propostas de lei n.ºs 43 a 45/IX, dos projectos de lei n.ºs 228 a 239/IX, das propostas de resolução n.ºs 34 e 35/IX e projecto de deliberação n.º 16/IX.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Ética sobre a substituição de um Deputado do PSD.

Em declaração política, o Sr. Deputado António Nazaré Pereira (PSD) falou do trabalho desenvolvido ao longo de um ano de existência da Convenção sobre o Futuro da Europa e, depois, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados António José Seguro (PS) e João Rebelo (CDS-PP).

Igualmente em declaração política, a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia (Os Verdes) abordou a questão dos aterros sanitários e deu resposta a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Duarte Pacheco (PSD), o qual deu explicações ao Sr. Deputado José Sócrates (PS), que usou da palavra em defesa da honra da bancada.

Ainda em declaração política, o Sr. Deputado João Teixeira Lopes (BE) insurgiu-se contra declarações do Sr. Ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmiento, na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre o programa Acontece, emitido na RTP2. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Bruno Dias (PCP), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP), Gonçalo Capitão (PSD) e Manuela Melo (PS).

Também em declaração política, o Sr. Deputado Jorge Coelho (PS), a propósito do Fórum Autárquico realizado pelo Partido Socialista, onde se fez um ponto de situação sobre o estado do poder local em Portugal, denunciou o novo modelo de funcionamento das comissões de coordenação regional e apresentou um conjunto de propostas para se procurar encontrar um novo modelo de gestão do poder local. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Manuel Oliveira (PSD) e Miguel Paiva (CDS-PP).

**Ordem do dia.** — Foram aprovados os n.ºs 65 a 73 do Diário.

Procedeu-se ao debate, na generalidade, do projecto de lei n.º 179/IX — Alarga o regime de incentivos fiscais à I&D empresarial (PS). Usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Augusto Santos Silva (PS), Graça Proença de Carvalho (PSD), Joel Hasse Ferreira (PS), Diogo Feio (CDS-PP), Honório Novo (PCP), Isabel Castro (Os Verdes), Luís Fazenda (BE), Eduardo Cabrita e António Costa (PS) e Hugo Velosa (PSD).

Por último, a Câmara apreciou o projecto de resolução n.º 126/IX — Estatuto do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa (Presidente da AR), tendo proferido intervenções, além do Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (António Lourenço dos Santos), os Srs. Deputados Teresa Patrício Gouveia (PSD), Luís Fazenda (BE), Celeste Correia (PS), Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP), Luisa Mesquita (PCP) e Heloísa Apolónia (Os Verdes).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 35 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 15 horas.*

*Srs. Deputados presentes à sessão:*

**Partido Social Democrata (PSD):**

Abílio Jorge Leite Almeida Costa  
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco  
 Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões  
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto  
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
 Ana Paula Rodrigues Malojo  
 António Alfredo Delgado da Silva Preto  
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
 António Fernando de Pina Marques  
 António Henriques de Pinho Cardão  
 António Joaquim Almeida Henriques  
 António Manuel da Cruz Silva  
 António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres  
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira  
 Arménio dos Santos  
 Bernardino da Costa Pereira  
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves  
 Carlos Alberto Rodrigues  
 Carlos Jorge Martins Pereira  
 Carlos Manuel de Andrade Miranda  
 Daniel Miguel Rebelo  
 Diogo de Sousa Almeida da Luz  
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco  
 Eduardo Artur Neves Moreira  
 Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho  
 Fernando António Esteves Charrua  
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira  
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho  
 Fernando Santos Pereira  
 Francisco José Fernandes Martins  
 Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão  
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques  
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
 Gustavo de Sousa Duarte  
 Hugo José Teixeira Velosa  
 Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco  
 João Bosco Soares Mota Amaral  
 João Carlos Barreiras Duarte  
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá  
 João José Gago Horta  
 João Manuel Moura Rodrigues  
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
 Joaquim Miguel Parelho Pimenta Raimundo  
 Jorge José Varanda Pereira  
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado  
 José Agostinho Veloso da Silva  
 José António Bessa Guerra  
 José António de Sousa e Silva  
 José Manuel Álvares da Costa e Oliveira  
 José Manuel Carvalho Cordeiro  
 José Manuel de Lemos Pavão  
 José Manuel de Matos Correia  
 José Manuel dos Santos Alves  
 José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro  
 Judite Maria Jorge da Silva  
 Luís Filipe Alexandre Rodrigues  
 Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves

Luís Filipe Soromenho Gomes  
 Luís Manuel Machado Rodrigues  
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
 Manuel Alves de Oliveira  
 Manuel Filipe Correia de Jesus  
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
 Marco António Ribeiro dos Santos Costa  
 Maria Assunção Andrade Esteves  
 Maria Aurora Moura Vieira  
 Maria Clara de Sá Moraes Rodrigues Carneiro Veríssimo  
 Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho  
 Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas  
 Maria Elisa Rogado Contente Domingues  
 Maria Eulália Silva Teixeira  
 Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado  
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares  
 Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes  
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
 Maria Paula Barral Carloto de Castro  
 Maria Teresa da Silva Morais  
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia  
 Mário Patinha Antão  
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
 Miguel Fernando Alves Ramos Coleta  
 Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos  
 Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos  
 Pedro Filipe dos Santos Alves  
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte  
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro  
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva  
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso  
 Vasco Manuel Henriques Cunha  
 Vítor Manuel Roque Martins dos Reis

**Partido Socialista (PS):**

Acácio Manuel de Frias Barreiros  
 Alberto Arons Braga de Carvalho  
 Alberto de Sousa Martins  
 Alberto Marques Antunes  
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno  
 Antero Gaspar de Paiva Vieira  
 António Alves Marques Júnior  
 António Bento da Silva Galamba  
 António de Almeida Santos  
 António Fernandes da Silva Braga  
 António José Martins Seguro  
 António Luís Santos da Costa  
 António Ramos Preto  
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
 Ascenso Luís Seixas Simões  
 Augusto Ernesto Santos Silva  
 Carlos Manuel Luís  
 Edite Fátima Santos Marreiros Estrela  
 Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita  
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues  
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira  
 Fausto de Sousa Correia  
 Fernando dos Santos Cabral  
 Fernando Manuel dos Santos Gomes  
 Fernando Pereira Serrasqueiro  
 Fernando Ribeiro Moniz  
 Jaime José Matos da Gama  
 Jâmla Bárbara Madeira e Madeira  
 João Barroso Soares

João Cardona Gomes Cravinho  
 Joaquim Augusto Nunes Pina Moura  
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira  
 Jorge Lacão Costa  
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho  
 José António Fonseca Vieira da Silva  
 José Apolinário Nunes Portada  
 José Augusto Clemente de Carvalho  
 José Carlos Correia Mota de Andrade  
 José da Conceição Saraiva  
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida  
 José Manuel Santos de Magalhães  
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros  
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa  
 Júlio Francisco Miranda Calha  
 Laurentino José Monteiro Castro Dias  
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos  
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
 Luís Alberto da Silva Miranda  
 Luís Manuel Capoulas Santos  
 Luís Manuel Carvalho Carito  
 Luísa Pinheiro Portugal  
 Luiz Manuel Fagundes Duarte  
 Manuel Alegre de Melo Duarte  
 Manuel Maria Ferreira Carrilho  
 Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira  
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos  
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
 Maria Cristina Vicente Pires Granada  
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina  
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos  
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima  
 Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo  
 Maximiano Alberto Rodrigues Martins  
 Nelson da Cunha Correia  
 Nelson Madeira Baltazar  
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro  
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
 Paulo José Fernandes Pedrosa  
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves  
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
 Rosalina Maria Barbosa Martins  
 Rui António Ferreira da Cunha  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira  
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
 Teresa Maria Neto Venda  
 Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva  
 Victor Manuel Bento Baptista  
 Vitalino José Ferreira Prova Canas  
 Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho  
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

#### Partido Popular (CDS-PP):

Antonino Aurélio Vieira de Sousa  
 António Herculano Gonçalves  
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos  
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
 João Maria Abrunhosa Sousa  
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo  
 João Rodrigo Pinho de Almeida  
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia

Manuel de Almeida Cambra  
 Manuel Miguel Pinheiro Paiva  
 Narana Sinai Coissoró  
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

#### Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues  
 António João Rodeia Machado  
 Bernardino José Torrão Soares  
 Bruno Ramos Dias  
 Jerónimo Carvalho de Sousa  
 Maria Luísa Raimundo Mesquita  
 Maria Odete dos Santos

#### Bloco de Esquerda (BE):

Joana Beatriz Nunes Vicente Amaral Dias  
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes  
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

#### Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia  
 Isabel Maria de Almeida e Castro

#### ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Fernando Santos Pereira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, foram apresentados na Mesa os requerimentos seguintes: nas sessões plenárias de 12 e 13 e no dia 14 de Fevereiro — aos Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Habitação, Economia e Administração Interna, formulados pelos Srs. Deputados Paula Carloto, José Junqueiro, Laurentino Dias e Lino de Carvalho; aos Ministérios das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, Economia, Segurança Social e do Trabalho, Finanças, Saúde, Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e a diversas câmaras municipais, formulados pelos Srs. Deputados Machado Rodrigues, José Miguel Medeiros, Rui Cunha, Jerónimo de Sousa, Ascenso Simões, Rosa Maria Albernaz e Sónia Fertuzinhos; ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, formulado pelo Sr. Deputado Carlos Luís; ao Ministério da Defesa Nacional, formulados pelos Srs. Deputados Marques Júnior e Jamila Madeira; ao Governo e a diversos Ministérios, formulados pelos Srs. Deputados Bernardino Soares e Luísa Mesquita; ao Ministério da Cultura, formulados pelos Srs. Deputados Honório Novo e Manuela Melo; ao Ministério da Presidência, formulados pelos Srs. Deputados Carlos Alberto Gonçalves e José Apolinário; ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr. Deputado Diogo Feio; a diversas câmaras municipais, formulados pelo Sr. Deputado António Galamba.

O Governo respondeu a requerimentos apresentados por vários Srs. Deputados.

No dia 13 de Fevereiro — António Filipe, Honório Novo, Paula Duarte, Rodeia Machado, Miranda Calha, António Galamba, Carlos Luís, Maria Manuela Aguiar, José Apolinário, Carlos Alberto Gonçalves, Fernando Santos Pereira, Vitalino Canas, Luísa Mesquita, José Saraiva, Pedro Roque, Rui Cunha, Francisco Louçã, João Teixeira Lopes, Luís Carito e Eduardo Moreira.

Foi também dada resposta ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Ascenso Simões no passado dia 13.

Deram ainda entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: as propostas de lei n.º 43/IX — Dá cumprimento à Decisão-Quadro do Conselho, de 13 de Junho de 2002, relativa à luta contra o terrorismo, que baixou à 1.ª Comissão, 44/IX — Autoriza o Governo a legislar sobre certos aspectos legais dos serviços da sociedade da informação, em especial do comércio electrónico, no mercado interno, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Junho de 2002, que baixou à 1.ª Comissão, e 45/IX — Altera a Lei de Programação Militar, que baixou à 3.ª Comissão; as propostas de resolução n.º 34/IX — Aprova, para ratificação, o Acordo de Estabilização e de Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-membros, por um lado, e a antiga República Jugoslava da Macedónia, por outro, assinado no Luxemburgo, por troca de notas, em 9 de Abril de 2001, que baixou à 2.ª Comissão, e 35/IX — Aprova, para ratificação, o Acordo de Estabilização e de Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-membros, por um lado, e a República da Croácia, por outro, assinado no Luxemburgo, em 29 de Outubro de 2001, que baixou à 2.ª Comissão; e os projectos de lei n.º 228/IX — Proíbe a entrada em águas territoriais, portos nacionais, terminais ou ancoradouros de navios de casco único que transportem petróleo e fracções petrolíferas pesadas (Os Verdes), que baixou à 9.ª Comissão, 229/IX — Tipifica o crime da mutilação genital feminina (CDS-PP), que baixou à 1.ª Comissão, 230/IX — Altera os artigos 118.º e 178.º do Código Penal (BE), que baixou à 1.ª Comissão, 231/IX — Cria a área de paisagem protegida da Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos (PCP), que baixou à 4.ª Comissão, 232/IX — Cria a área de paisagem protegida da Reserva Ornitológica de Mindelo (PCP), que baixou à 4.ª Comissão, 233/IX — Criação da área protegida das serras de Santa Justa, Pias, Castiçal, Flores e Banja (PCP), que baixou à 4.ª Comissão, 234/IX — Atribui o direito a subsídio de desemprego ao pessoal docente e investigador contratado por instituições do ensino superior e de investigação públicas (PCP), que baixou à 8.ª Comissão, 235/IX — Desanexação do lugar de Casal das Oliveiras, da freguesia de Moinhos da Gândara, para integração na freguesia de Santana, com a alteração dos limites das freguesias de Moinhos da Gândara e de Santana, no concelho da Figueira da Foz (PSD), que baixou à 4.ª Comissão, 236/IX — Enquadramento de pessoal da Administração Pública relativo à eventualidade de desemprego (PS), que baixou à 8.ª Comissão, 237/IX — Elevação da povoação de Guia, no concelho de Pombal, no distrito de Leiria, à categoria de vila (PSD), que baixou à 4.ª Comissão, 238/IX — Estabelece medidas na área da prevenção, da reinserção social e medidas penais e processuais penais, relativamente a crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de que são vítimas menores (PCP), que baixou à 1.ª Comissão, 239/IX — Interditada a entrada de navios constantes da lista negra na Zona Económica Exclusiva (ZEE) portuguesa (Os Verdes), que baixou à 9.ª Comissão; o projecto de deliberação n.º 16/IX — Adota medidas contra os efeitos do tabagismo activo e passivo (Os Verdes).

Sr. Presidente e Srs. Deputados, importa ainda apreciar e votar o parecer da Comissão de Ética, relativo à substituição, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, alínea d), do Es-

tatuto dos Deputados, do Sr. Deputado Manuel Joaquim Dias Loureiro (Círculo Eleitoral de Coimbra) pelo Sr. Deputado José Manuel dos Santos Alves, com início em 26 de Fevereiro de 2003, inclusive. Depois de observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis, o parecer é no sentido de admitir a substituição.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o parecer está em apreciação.

*Pausa.*

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar este parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado António Nazaré Pereira.

O Sr. António Nazaré Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Completa-se no próximo dia 28 de Fevereiro, 6.ª feira, um ano de trabalhos da Convenção sobre o Futuro da Europa, em que tenho a honra de representar esta Assembleia da República como membro suplente.

Trata-se de uma Convenção que, no cumprimento do mandato do Conselho Europeu de Laeken, visa propor a revisão dos Tratados da Comunidade Económica Europeia e da União Europeia tendo em vista dar resposta a três desafios fundamentais: como aproximar os cidadãos, e em primeiro lugar os jovens, do projecto europeu e das instituições europeias? Como estruturar a vida política e o espaço político europeu numa União alargada? E como fazer da União um factor de estabilização e uma referência no novo mundo multipolar?

Para encontrar respostas a estes desafios foram colocadas à Convenção algumas questões precisas. A primeira série de questões visa esclarecer a repartição de competências entre a União e os Estados-Membros, simplificá-la e ajustá-la em função dos novos desafios com que a União se depara. A segunda série de perguntas destina-se a ponderar a oportunidade de ajustar as competências da União e dos Estados, assegurando que a nova repartição de competências não conduza a um alargamento furtivo das competências da União ou a uma ingerência nos domínios da competência exclusiva dos Estados-Membros ou, eventualmente, das regiões sem evitar, simultaneamente, o enfraquecimento da dinâmica europeia.

Por fim, um terceiro grupo de questões visa a simplificação dos instrumentos da União, garantindo as condições de legitimidade democrática. Neste particular, a declaração de Laeken é explícita e, particularmente, questiona os Parla-mentos nacionais.

A Convenção tem estudado as diferentes questões e elaborará um documento final que poderá compreender quer diferentes opções, indicando o apoio que as mesmas obtiveram, quer recomendações, em caso de consenso. O documento final, juntamente com os resultados dos debates nacionais, servirá de ponto de partida para os trabalhos da Conferência Intergovernamental, que tomará as decisões.

Simultaneamente decorre um fórum, no qual estão envolvidos os cidadãos, as organizações, os parceiros sociais, o meio empresarial e círculos académicos.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O desenrolar dos trabalhos da Convenção já foi objecto de debate neste Plenário, quer directamente, por iniciativa que se louva do Sr. Presidente da Assembleia da República, quer indirectamente, quando outros assuntos europeus, como o Alargamento decidido em Copenhaga, foram também aqui debatidos.

É do conhecimento generalizado desta Câmara também a intenção do Sr. Presidente e dos partidos políticos aqui representados de agendar, para o próximo dia 14 de Março, um outro debate a que, talvez propriamente, se possa designar como «Afinal que Futuro para a Europa após um ano de Convenção sobre o Futuro da Europa?».

Não é, pois, minha intenção fazer o balanço do ano de trabalhos. Estes trabalhos, aliás, têm vindo a ser acompanhados cuidadosamente no seio da Comissão de Assuntos Europeus e Política Externa e nos quais se têm distinguido os demais representantes desta Assembleia, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Eduarda Azevedo e o Sr. Deputado Alberto Costa, membros efectivos, e o Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins, membro suplente como eu.

Permitam-me, porém, trazer hoje aqui o assunto em debate neste período de antes da ordem do dia para o associar desta vez, explicitamente, com a actualidade política e com questões relevantes do funcionamento da Europa do Futuro.

**O Sr. Guilherme Silva (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — As questões europeias têm merecido na sociedade portuguesa um amplo consenso. Os diferentes actores sociais e políticos têm compreendido a importância das questões europeias para o desenvolvimento de Portugal e o futuro dos portugueses. Essa unidade permitiu maior credibilidade, a manutenção de objectivos de longo prazo e o efectivo contributo do nosso país para a construção europeia.

A Convenção sobre o Futuro da Europa e a Conferência Intergovernamental que se lhe seguirá, provavelmente, criarão condições para uma nova União — uma União de valores e de princípios com que a Nação se identifica, tanto quanto é possível concluir dos trabalhos actuais da Convenção; mas também uma União em que as relações entre os Estados tendem a aprofundar-se e os projectos políticos e sociais a harmonizar-se.

Para essa nova Europa, uma União reformulada e reforçada, há que construir na sociedade portuguesa novo consenso. Deseja-se que esse consenso seja alicerçado nos mesmos princípios do actualmente existente. O Grupo Parlamentar do PSD vê, por isso, com muita satisfação, a forma franca, empenhada e de verdadeiro sentido de Estado com que forças políticas portuguesas e actores sociais e económicos acompanham a Convenção e nela participam, bem como a disponibilidade que manifestam para travar lutas comuns a todos os portugueses.

**O Sr. Marco António Costa (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Porém, Sr. Presidente e Srs. Deputados, seria esconder a cabeça na areia omitir que, em áreas sensíveis da construção europeia, nos últimos tempos, têm surgido posições que, pouco ou nada, contribuem para a construção desses consensos. Infelizmente, tem-se verificado que a tentação do jogo mediático, o frenesim na tentativa de marcar a agenda política e, pelo menos aparente-

mente, alguns laivos de despeito pessoal têm toldado a mente de alguma oposição. Têm sido casos isolados, é certo, mas que em nada contribuem para construir o novo posicionamento de Portugal, na União, a uma só voz e com objectivos permanentes.

**O Sr. Marco António Costa (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Entre o mandato de Laeken, dois dos desafios fundamentais para a Europa de Futuro encontram-se intimamente associados: a estrutura da vida e do espaço político europeu da Europa alargada tem de contribuir para que a União seja um factor de estabilização e uma referência no novo mundo multipolar.

Mas a Europa é uma realidade complexa, encontro de povos com história, culturas e visões diferentes que decidiram, de livre vontade, partilhar o seu futuro. A Europa não pode ser construída, pois, pela vontade de dois ou três Estados, numa visão centripeta de poder e de influência; a Europa só se constituirá um factor de estabilização e uma referência, quando a sua voz congregar os interesses de todos e respeitar a história e os valores de cada Estado-membro.

**O Sr. Marco António Costa (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — A Convenção sobre o Futuro da Europa atingiu, Sr. Presidente e Srs. Deputados, um momento crucial com a apresentação e discussão das primeiras propostas de articulado. Estão, agora, em cima da mesa propostas concretas de objectivos e de competências. Provavelmente, amanhã mesmo, serão distribuídas propostas de articulado da arquitectura institucional. Estamos, pois, num momento crucial da definição do espaço de manobra que países como Portugal poderão vir a ter na futura Conferência Intergovernamental. Não se compreende, pois, que interesses nacionais possam servir posições, neste momento, de responsáveis políticos que, objectivamente, enfraqueçam aquilo que têm sido interesses permanentes de Portugal, nomeadamente a nossa ligação atlântica.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António José Seguro.

**O Sr. António José Seguro (PS):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, quero cumprimentar o Sr. Deputado António Nazaré Pereira e dizer-lhe que, globalmente, estou de acordo com a intervenção que aqui fez, em particular quando assinalou que há necessidade de a União Europeia falar a uma só voz na cena internacional e que aí seja capaz de expressar o conjunto de valores e de princípios que constituem a base da nossa identidade comum.

É neste sentido que eu gostaria que o Sr. Deputado António Nazaré Pereira, como Deputado da maioria que apoia o Governo e como membro conceituado da Convenção, me esclarecesse sobre qual foi o impacto, e quais as consequências para os trabalhos da Convenção, do facto de haver governos que fazem parte da União Europeia, em particular o Governo português, pelo facto de ter assinado a famosa «Carta dos oito» de apoio ao sentido da estratégia da Administração norte-americana em relação à guerra do Iraque e, com isso, ter impedido que uma última primeira extraordinária dos chefes de Estado e do governo

pudessem afirmar, com maior acutilância e solidez, uma posição alternativa à da beligerância, que, neste momento, parece, infelizmente inevitável.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Informo que a Mesa registou um outro pedido de esclarecimento, pelo que pergunto ao Sr. Deputado António Nazaré Pereira se quer responder um a um ou ao conjunto dos pedidos de esclarecimento.

O Sr. António Nazaré Pereira (PSD): — Em conjunto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, já que o Sr. Deputado António Nazaré Pereira responderá em conjunto aos pedidos de esclarecimento, vou dar a palavra ao Sr. Deputado João Rebelo.

Para pedir esclarecimentos, tem, pois, a palavra, Sr. Deputado João Rebelo. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. João Rebelo (CDS-PP): — Sr. Presidente, antes de mais gostaria de felicitar o Sr. Deputado António Nazaré Pereira pela sua intervenção, muito actual, e dizer-lhe que a minha bancada concorda com tudo o que foi aqui dito.

Mas gostaria de perguntar-lhe — de resto, no sentido da declaração aqui efectuada pelo Deputado António José Seguro — se o Sr. Deputado não concorda que certas iniciativas unilaterais, tomadas, nomeadamente pelo eixo franco-alemão, de forma repetida — aliás, esta última foi só mais uma, ao longo de várias iniciativas unilaterais tomadas por esse mesmo eixo... —, não querem, antes de mais, representar o início de um «directório europeu» ou da tentativa de instituir um «directório europeu» (que rejeitamos em absoluto!) que pode dificultar a própria construção europeia e a própria noção de unidade e de igualdade entre os Estados que tem sempre guiado a construção da União Europeia.

Por outro lado, não acha também que dos debates que neste momento ocorrem na Convenção está ausente muitas vezes a discussão de manter a tal relação transatlântica de que o Sr. Deputado falou — e muito bem! — e que muitas vezes se trata de uma tentativa de virar a Europa para si própria, renegando essa relação transatlântica necessária e de garantia, aliás, para o nosso espaço comum de segurança e de liberdade?

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, gostaria também de ter a opinião do Sr. Deputado sobre um aspecto que foi discutido muitas vezes em jornais irlandeses ou dinamarqueses ou de países onde a opinião pública, quando é chamada a pronunciar-se, em referendo, tem dúvidas sobre o processo de construção da União Europeia. O que lhe pergunto é se o Sr. Deputado não considera que, se os resultados dessa Convenção forem a votos, através de referendos, falar em «Constituição» da Europa ou em «Constituição» da União Europeia pode dificultar a decisão da opinião pública nesses países europeus que costumam ter reservas sobre um avanço demasiado rápido e federalista da construção da União Europeia.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. Presidente: — Para responder, dispondo de um máximo de 5 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado António Nazaré Pereira.

O Sr. António Nazaré Pereira (PSD): — Sr. Presidente, antes de mais, agradeço aos Srs. Deputados António José Seguro e João Rebelo as questões que tiveram a amabilidade de me colocar e que permitem prolongar um pouco mais esta discussão que considero fundamental para a construção do tal consenso a que me referi, o novo consenso que permita que Portugal continue a falar a uma única voz e com objectivos permanentes.

Começo por tentar responder às questões colocadas pelo Sr. Deputado António José Seguro, que se «traiu» na sua própria pergunta — permita-me utilizar esta expressão —, quando terminou dizendo que a Europa devia ter encontrado uma «posição alternativa».

Sr. Deputado, permita-me dizer-lhe que só quem não tem a convicção profunda daquilo que faz e daquilo que vale é que precisa de encontrar «posições alternativas» àquelas com que concorda. Havendo, fundamentalmente, de acordo com outros parceiros da cena internacional, uma comunhão de valores e de princípios, havendo o reconhecimento mútuo de uma ameaça, havendo também, em simultâneo, muito passado e muita História que não deve, nunca, ser renegada — porque os homens têm memória e os homens sabem a quem devem muito do que hoje são na Europa! —, Sr. Deputado, há todas as razões para dizer que a Europa não precisa de «posições alternativas» em relação ao que quer que seja, porque sempre soube escolher muito bem com quem está neste mundo, com quem tem relações privilegiadas, com quem compartilha valores, com quem compartilha posições.

Por outro lado, Sr. Deputado, terá de concordar comigo que a carta a que se referiu é, antes de mais, uma posição de união na Europa e não uma posição de desacordo. Aliás, é uma posição que tem em vista ligar não só países que já estão hoje na Europa como também a nova realidade europeia à qual me referi quando falei no novo consenso, concretamente os países do alargamento. É estranho, Sr. Deputado, que os países do alargamento, que têm sido uma partilha comum entre todos nós como um dos objectivos da União, sejam tidos em atenção quando chega a altura de contarem para número, porque isso é interessante enquanto se fala de mercado, mas quando tomam posições, nomeadamente posições políticas relevantes, como é um seu direito, sejam menosprezados na construção da Europa e na afirmação do seu papel.

De facto, Sr. Deputado, a Europa tem um papel importante a desempenhar no mundo, mas é um papel em que a voz dos 25, eventualmente dos 27, 28 ou 29, deve ser ouvida e importa que seja um papel eficaz e tradutor da vontade de todos eles e não apenas da de alguns, nomeadamente daqueles que, criando factos, procuram hoje condicionar aquela que é a construção de uma nova arquitectura institucional europeia.

Sr. Deputado João Rebelo, a relação transatlântica sempre foi fundamental para Portugal e deve continuar a ser, em meu entendimento e no do meu partido, um dos objectivos permanentes de Portugal, e um dos objectivos permanentes de Portugal na União Europeia. Ai de nós, em Portugal, se nos esquecermos daquilo que hoje temos, em termos de projecção do próprio país, porque a vocação transatlântica de Portugal pode ser também uma mais-valia da própria Europa.



Quanto ao termo «Constituição», Sr. Deputado, existe, efectivamente, um problema subjacente a este processo, que tem a ver com a introdução na linguagem do dia-a-dia de terminologia técnica e específica à qual todos atribuímos um particular significado.

Devo dizer-lhe que, pessoalmente, e isto não é aqui revelado hoje pela primeira vez, pois tenho tido esta mesma posição na Convenção e em reuniões diversas nas quais tenho estado presente, que continuo a preferir o termo «Tratado Constitucional». O termo «Constituição» implicaria, desde logo, um mandato constitucional desta Convenção e duvido que ela o tenha, embora deva acrescentar que tem havido uma preocupação, ao longo dos trabalhos da Convenção, em marcar muito bem a dualidade da construção europeia, de uma Europa que se constrói através do respeito pelos Estados-membros e pelos cidadãos desses Estados-membros. E esta dualidade permite, desde logo, respeitar a Constituição de cada Estado.

Portanto, se assim for, Sr. Deputado, se a identidade, a individualidade, o Direito Interno de cada Estado for respeitado, particularmente na medida em que é por vontade própria dos cidadãos e dos Estados que há competências que são passadas para a União, com a vantagem mútua de se construir uma nova Europa, nesse caso, Sr. Deputado, creio que o termo «Constituição» em si não traz mais nada que não uma mudança de nomenclatura.

Se o termo «Constituição», pelo contrário,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, esgotou-se o tempo de que dispunha. Peço-lhe o favor de concluir.

O **Orador**: — Terminarei já, Sr. Presidente.

Se, pelo contrário, o termo «Constituição» tiver qualquer coisa mais, nomeadamente aquilo que possa ser considerado como a criação de um país novo, Sr. Deputado, não contem comigo, certamente, como não contarão com muitos membros desta Assembleia.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Também para uma declaração política, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não sei se tiveram oportunidade de ler, na passada segunda-feira, uma excelente reportagem apresentada no jornal *Público*, da autoria do jornalista Ricardo Garcia, intitulada «Nos novos aterros sanitários voltaram a surgir os velhos problemas de poluição ambiental».

É que era muito bom que todos os Srs. Deputados tivessem consciência do que se está a passar de norte a sul do país em matéria de resíduos, porque isto está a passar para o limite do verdadeiramente dramático.

Na altura da programação da erradicação de lixeiras pelo país e da construção de aterros sanitários ouviu-se, vezes sem fim, que se tratava de equipamentos absolutamente inócuos, que não traziam qualquer tipo de problemas ao ambiente e às populações — era desta forma que se procurava iludir o País.

De facto, o aterro sanitário pode ser uma estrutura segura para deposição de resíduos, mas quando bem localizado, bem construído e apetrechado em termos de eficácia de funcionamento. E essa garantia de segurança era totalmente posta de lado, conforme víamos quando nos

púnhamos a analisar vários estudos de impacte ambiental que para mais não serviam do que para justificar decisões já previamente tomadas nos gabinetes em relação à localização dos aterros. Deixem-me recordar-vos o caso de Valença do Minho, onde o estudo de impacte ambiental, que custou milhares de contos ao Estado, negava a existência de linhas de água no local previsto para a construção do aterro e, afinal, bastava lá ir para «tropeçar» na água, tal não era a sua superficialidade. Houve aterros que serviram vários municípios cuja localização foi seguramente achada com uma régua sobre uma planta para encontrar o epicentro entre os vários municípios — depois, realizou-se um estudo de impacte ambiental para justificar a decisão. E quantas pressões andavam por detrás disto!...

Lembram-se, certamente, muitos dos Srs. Deputados, que Os Verdes trouxeram tantos casos concretos à Assembleia da República, onde denunciaram péssimas localizações de aterros sobre lençóis freáticos ou em declives de fácil escorrência de lixiviados para linhas de água ou em solos com características especiais de permeabilidade ou em absurda proximidade de aglomerados populacionais tais como Abrantes, Valença do Minho, Viana do Castelo, Barlavento algarvio, Cova da Beira, Castelo Branco, só para enumerar alguns que denunciámos nesta Casa.

Fomos acusados de querer bloquear processos, de fundamentalismo e até — imagine-se! — de defender a permanência de lixeiras no País. Afinal, hoje, infelizmente, a realidade que se vive em Portugal, em matéria de aterros, deu-nos razão, e num espaço de tempo tão curto!

As populações que se manifestaram em defesa da saúde pública e do ambiente da sua região, que tanto contestaram a localização de certos aterros foram até designadas, pelo então Ministro, de uma forma insultuosa e inadmissível, como ignorantes. Foi-se ao ponto de mandar intervir forças de segurança sobre manifestantes. E, afinal, as populações tinham razão! Estavam a defender-se a si, à sua região e ao ambiente do seu país!

Pois é, Sr. Presidente e Srs. Deputados, queria-se aterros pelo país de qualquer forma e aí estão eles, mal localizados, porque situados em zonas de fácil risco de contaminação de solos e aquíferos, a funcionar mal, sem tratamento de lixiviados ou com problemas nesse tratamento, com deficiente ou nula monitorização da poluição, contaminando águas e solos, com geomembranas degradadas, a receber resíduos impróprios e muitos já em situação de esgotamento das suas capacidades.

Gastaram-se balúrdios de dinheiro na construção apresada destes aterros mas, não estando construídos em condições, hão-de ser necessários mais milhões para reparar as deficiências e males já produzidos. Podia ter-se gasto o mesmo dinheiro e ter feito as coisas em condições. Onde estava a responsabilidade tão necessária em funções de governação?!

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Muito bem!

A **Oradora**: — Outra questão lamentável, que Os Verdes também denunciaram, prende-se com o esgotamento da capacidade dos aterros. Era tão evidente! Viu-se numa solução de fim de linha a solução única para o problema dos resíduos sólidos urbanos. Não se adoptaram medidas eficazes de prevenção de produção de resíduos nem de modificação de sistemas de produção, com utilização de mais materiais recicláveis, nem de reciclagem de resíduos. Para tirar esta conclusão basta olhar para o Plano Estraté-

gico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU), ver as metas nele estipuladas, que já ficavam aquém do desejável, e, simultaneamente, olhar para a evolução dos resíduos sólidos urbanos em Portugal. Ora, não só não se verificou uma diminuição de resíduos em 2,5%, no período de 1995 a 2000 — objectivo estipulado no PERSU —, como, pelo contrário, se verificou um aumento de mais de 25% na produção desses resíduos.

Em relação à reciclagem, também os objectivos do PERSU não foram atingidos e importa ter em conta que, para um potencial de resíduos susceptíveis de reciclagem na ordem de 1,2 milhões de t, só cerca de 90 000 eram retornados no ano de 2000, o que é manifestamente insuficiente.

Ou seja, em matéria fundamental de gestão de resíduos, como a prevenção e a reciclagem, pouco ou nada foi feito e pouco ou nada se continua a fazer. Consequentemente, como nos poderemos admirar de que os aterros esgotem a sua capacidade, recebendo resíduos passíveis de diferentes formas de tratamento e até resíduos que nunca deveriam receber, como certos resíduos perigosos?! Aterros programados com um tempo de vida para 15 anos provavelmente não conseguirão até atingir os 8 ou 9 anos de vida. Depois, o que é que se faz?! Mais aterros?!

O que não dá para perceber, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é por que é que não se implementam estratégias adequadas de tratamento de resíduos, neste caso dos sólidos urbanos. Por que é que as soluções de fim de linha são sempre consideradas «as soluções»? Por que é que, para este caso, os aterros e as incineradoras são as propostas avançadas? E coloco esta questão porque o actual Governo avança como estratégia para resolver o problema dos aterros em Portugal o reforço da incineração de resíduos sólidos urbanos, através do aumento da queima de resíduos nas duas incineradoras já existentes, a Valorsul e a Lipor, e da possível construção de uma outra incineradora na Área da Grande Lisboa ou na região centro. Se esta for uma componente da estratégia deste Governo, Os Verdes afirmam, desde já, que ela representará mais um mecanismo de ilusão do tratamento dos resíduos, uma demissão da resolução efectiva do problema do tratamento de resíduos, a qual passa por outras formas de tratamento e de prevenção, e representará, inclusivamente, uma subversão do PERSU.

Foi no decurso destas intenções do Governo PSD/PP que o Ministério do Ambiente se manifestou tão preocupado com o acórdão do Tribunal de Justiça europeu que define a incineração não como uma operação de valorização mas como uma operação de eliminação de resíduos, constituindo uma forte condenação à incineração e um marco para obrigar países como Portugal a apostar em formas correctas de tratamento de resíduos, como a reciclagem e a valorização orgânica. Vai, pois, este acórdão ao encontro das reivindicações dos ecologistas, mas a preocupação do Governo é se ele será ou não passível de recurso.

O que importa, pois, saber, neste momento, é qual vai ser, afinal, a estratégia deste Governo para resolver o problema dos resíduos sólidos urbanos.

Permitam-me terminar com um registo que já trouxe a este Plenário e que se prende com a já famosa carta que o Sr. Ministro das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente dirigiu a todos os presidentes de câmara do País, para apelar ao aumento de preços referentes a serviços de saneamento prestados às populações, questão

que levou já autarquias a considerar e a propor aumentos das taxas de lixo na ordem dos 500%.

O que o Governo está a fazer é a pôr os cidadãos a pagar a incompetência...

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, esgotou-se o tempo de que dispunha. Tenha a bondade de concluir.

A Oradora: — Termino já, Sr. Presidente.

Como estava a dizer, o que o Governo está a fazer é a pôr os cidadãos a pagar a incompetência dos sucessivos governos e a má gestão do tratamento de resíduos em Portugal, nomeadamente a incompetência de estratégias de redução e reciclagem de resíduos que não constituem lixo mas que o Governo faz cobrar como se de lixo inaproveitável se tratasse.

Por outro lado, esta medida arrisca-se a constituir uma desmotivação na acção dos cidadãos na triagem do lixo, acabando por não se maçar numa ida aos Ecopontos e usando mesmo em exclusivo o contentor à porta de sua casa.

Termino, Sr. Presidente e Srs. Deputados, referindo que é preciso ter consciência de que o problema dos resíduos é para resolver, não é para esconder, não é para iludir com soluções que nada solucionam, ou porque constituem, elas próprias, ameaças à saúde pública ou porque não conseguem dar resposta, como é o caso dos aterros entendidos como única solução ou solução de fundo.

Foi este apelo que Os Verdes pretenderam hoje, mais uma vez, deixar expresso no Plenário da Assembleia da República.

*Aplausos do PCP e do BE.*

O Sr. Presidente: — Inscreveu-se, para pedir esclarecimentos à Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro, o Sr. Deputado Duarte Pacheco. Como a Sr.<sup>a</sup> Deputada não dispõe de tempo para responder, o PSD ceder-lhe-á, depois, tempo para a resposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pacheco, a quem peço para ser breve.

O Sr. Duarte Pacheco (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia, começo por felicitá-la pela intervenção que aqui fez, porque nos trouxe um diagnóstico muito correcto da situação ambiental que o País herdou, depois de uma gestão socialista de vários anos. O Ministério do Ambiente, e temos aqui o seu antigo responsável, deixou o País na situação que todos conhecemos.

Quanto à localização dos aterros, aquilo que nos descreveu é a maior das verdades: não mereceu qualquer critério a não ser critérios políticos justificados posteriormente.

A dimensão dos aterros foi, frequentemente, diria, calculada de uma forma enviesada, uma grande parte das vezes para fugir a verdadeiros estudos de impacte ambiental, sabendo todos nós que o volume de lixo que é hoje depositado supera, em muito, as projecções que eram feitas. E isso não resulta de uma má projecção, resulta de um acto premeditado de fugir a estudos de impacte ambiental.

Acresce que encontramos deficiências técnicas em muitos dos aterros: os lixiviados sem tratamento, os aterros que funcionam como verdadeiras lixeiras a céu aberto.



Ora, em tudo isto existe uma responsabilidade! A culpa não pode morrer solteira!

O Sr. **Manuel Oliveira** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — A culpa não pode, mais uma vez, morrer solteira em Portugal! Todos sabemos que as coisas acontecem através de técnicos, através de empresas que foram contratadas, mas há um responsável político que avalizou as decisões que foram tomadas! E o pior que pode acontecer é alguém esconder-se, pura e simplesmente, atrás de outros para não assumir as suas responsabilidades.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas acresce, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que temos um problema de fundo, que é o de saber se os aterros são ou não a solução. É que muitos destes aterros foram construídos utilizando fundos comunitários e têm uma vida útil que sabemos ser limitada, não resolvendo, portanto, para todo o sempre ou num futuro de médio prazo, o problema dos lixos. Portanto, quando daqui a três, quatro ou cinco anos muitos destes aterros estiverem concluídos ou estiver esgotada a sua capacidade, como é que vamos financiar a resolução do problema, visto que, depois, o Fundo de Coesão já não existirá para suportar este tipo de investimentos?!

Foi a fuga para a frente, foi «atirar lixo para debaixo do tapete» sem resolver o problema de fundo, foi aquilo que poderemos considerar — e gostaria que o comentasse, Sr.<sup>a</sup> Deputada —, pura e simplesmente, a política da propaganda, a política do *marketing*, a política de querer vender uma imagem que, infelizmente para todos nós não corresponde à verdade.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **José Sócrates** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para exercer o direito de defesa da honra da minha bancada.

O Sr. **Presidente**: — E qual é o motivo da sua ofensa, Sr. Deputado?

O Sr. **José Sócrates** (PS): — Sr. Deputado, o balanço feito na pretensa pergunta a Os Verdes sobre a política de gestão de resíduos relativamente aos últimos seis anos é, do meu ponto de vista, uma avaliação fundada em inverdades e eu gostaria de defender a verdade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado, mas peço-lhe que seja breve para não gastarmos todo o nosso tempo nestes incidentes.

O Sr. **José Sócrates** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Duarte Pacheco, acho absolutamente deplorável que um Governo com já quase um ano de mandato e que uma maioria com já uns meses de mandato não encontrem mais nada para dizer e para fazer senão tentarem desacreditar a obra dos governos anteriores.

O Sr. **António Costa** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Essa questão já foi resolvida nas eleições!

O **Orador**: — Isto diz tudo sobre a vossa mesquinhez política e sobre a incapacidade de apresentarem uma obra vossa! A única obra que apresentam é a da politiquice para tentar desacreditar o trabalho que os outros fizeram!

Por isso essa linha discursiva baseia-se apenas na inveja...

*Aplausos do PS.*

*Risos do PSD.*

... e na incapacidade que têm para aceitar o sucesso dos outros!

O Sr. **António Costa** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — O anterior governo desenvolveu, sob todos os pontos de vista, uma acção absolutamente notável no que diz respeito ao problema dos resíduos sólidos urbanos. Isso mesmo é reconhecido por todas as avaliações internacionais: pela OCDE, pela Comissão Europeia. Em seis anos, o País deixou de ter mais de 340 lixeira para ter aterros sanitários que, tendo, naturalmente, alguns deles, alguns problemas, são infra-estruturas que correspondem ao cumprimento das normas ambientais.

Neste domínio, o País deu um salto absolutamente extraordinário, como não há memória, de tal forma que hoje podemos dizer que o País está a cumprir todas as obrigações ambientais.

Passámos, em seis anos, de um cumprimento zero para um cumprimento a 100% no que diz respeito ao tratamento e eliminação dos resíduos sólidos urbanos — e isto é reconhecido em todos os relatórios. Não vi em nenhuma literatura técnica nem em nenhuma literatura de avaliação da evolução das políticas ambientais o exemplo de um outro país que em tão pouco tempo tenha evoluído tanto neste domínio como em Portugal,...

O Sr. **António Costa** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — ... apesar de todas as dificuldades, apesar das dificuldades que os senhores construíram,...

**Vozes do PS**: — Muito bem!

O Sr. **Marco António Costa** (PSD): — Já cá faltava!

O **Orador**: — ... e o Sr. Deputado Duarte Pacheco em particular. E falo no senhor em particular, porque o PSD, nesses seis anos, não fez outra coisa senão acompanhar aquela linha reivindicativa local, que era a do «não no meu quintal». Mas, apesar disso, o governo de então fez o que devia!

Com certeza que, quando lançámos os aterros, sabíamos que o País ia ter, porque a eles não estava habituado, uma vez que só tinha lixeiras, problemas de gestão. Tínhamos problemas fundamentalmente no que dizia respeito ao funcionamento das estações de tratamento. Por isso, no meu tempo, foram lançadas avaliações e foi pedido à Inspecção-Geral do Ambiente que os fiscalizasse e que identificasse esses problemas. E a maior parte deles foram já solucionados.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha esgotou-se. Peço-lhe o favor de concluir.

**O Orador:** — Vou já acabar, Sr. Presidente.

Mas estes relatórios da Inspeção-Geral do Ambiente não podem ser manipulados como o foram na reportagem do *Público*. E foram-no com a conivência do Governo, cujo único objectivo é o de desacreditar a obra do governo anterior, pondo, assim, em causa a imagem da segurança ambiental dos aterros, prestando, portanto, um péssimo serviço ao ambiente.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

*Risos do PSD.*

**O Orador:** — O PSD e a maioria não têm feito outra coisa senão atacar o governo anterior.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado José Sócrates, tenha a bondade de concluir.

**O Orador:** — Recordo, Sr. Deputado, que é altura de fazerem alguma coisa e de discutirem nesta Assembleia da República, finalmente, uma obra do Governo, em vez de andarem a dizer (o que não vos fica nada bem!) mal da obra do governo anterior.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pacheco.

**O Sr. Duarte Pacheco (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Sócrates, a sua intervenção denota um egocentrismo sem fim,...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... sem limites, mesmo, e uma vaidade tremenda.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Ainda se fosse um outro colega seu a defender a política ambiental... Mas alguém podia esperar que o senhor viesse dizer que tinha feito um mau trabalho?!...

*Risos do PSD e do CDS-PP.*

O senhor vem dizer que fez o melhor dos mundos! Aliás, penso que, em breve, o seu nome deverá ser indicado como candidato ao «Prémio Nobel do Ambiente», que, se não existir, vai ser criado expressamente para si tal foi o trabalho magnífico que fez!...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Deputado José Sócrates, para além desse egocentrismo sem fim, é muito desagradável querer mostrar que tudo o que de bem foi feito durante os governos socialistas foi da sua autoria e que o que de menos bem foi feito foi da autoria da sua colega Elisa Ferreira.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — É muito feio fazer isso, Sr. Deputado!

Acresce que, se há aqui inveja, pelos vistos, ela não é nossa em relação aos senhores ou dos senhores em relação a nós, é, sim, do Partido Socialista em relação à intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia.

*Protestos do PS.*

Isto porque foi a Sr.<sup>a</sup> Deputada de Os Verdes que trouxe o problema, a que ninguém ligou. Que falta de respeito é esta para com um grupo parlamentar e para com uma colega que se encontra neste Plenário?!

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — É uma vergonha!

**O Orador:** — Eu vi que o senhor não teve o devido respeito pela Sr.<sup>a</sup> Deputada, porque sorriu e atendeu o telemóvel enquanto ela falava.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Isso é uma falta de respeito! Há limites, Sr. Deputado!

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas a Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia trouxe o problema, nós felicitamo-la por ela o ter trazido, concordamos com o diagnóstico que fez e isto prova que o que está aqui em causa não é uma questão partidária mas, isso sim, uma questão nacional.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O que aqui está em causa é a sua incapacidade, Sr. Deputado José Sócrates, para resolver o problema. O Sr. Deputado pode ter fechado algumas lixeiras, é verdade, mas criou mega-lixeiras a céu aberto, porque os aterros não estão a funcionar como deviam e a responsabilidade é sua, Sr. Deputado!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Para responder ao pedido de esclarecimento formulado pelo Sr. Deputado Duarte Pacheco, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia. Dispõe de 2 minutos, que lhe foram cedidos pelo PSD.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, começo por agradecer ao PSD o tempo que me cedeu.

Permita-me, Sr. Presidente, que gaste um pouco desse tempo para fazer um comentário sobre o que o Sr. Deputado José Sócrates referiu.

Para alguém que considerava tão inócuo o que andava a fazer relativamente aos aterros deste país, parece-me que já houve algum avanço no facto de ter reconhecido aqui, hoje, que os aterros em Portugal sofrem de «alguns» problemas ambientais.

**O Sr. José Sócrates (PS):** — Não diga isso!

A **Oradora:** — Por amor de Deus, Sr. Deputado José Sócrates!...

De facto, estas estruturas em Portugal hoje sofrem de grandes problemas devido a questões que, na altura, levávamos com grande seriedade...

O Sr. **José Sócrates** (PS): — Seriedade?! Vocês queriam era manter as lixeiras!

A **Oradora**: — ... e que se prendiam com problemas de localização. E a única coisa que o Sr. Deputado fazia era chamar-nos ignorantes, a nós e, inclusivamente, às populações que se manifestaram.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

A **Oradora**: — E isso é intolerável!

Por outro lado, o Sr. Deputado faz sempre a comparação entre lixeiras e aterros. O Sr. Deputado, desculpe, mas melhor seria que não se tivesse feito nada nestes 6 anos em Portugal!...

**Vozes do PSD**: — Claro!

A **Oradora**: — O que o Sr. Deputado devia ter feito era comparar aquilo que fizeram com aquilo que poderiam ter feito de uma forma séria,...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **José Sócrates** (PS): — Isso é ridículo!

A **Oradora**: — ... porque o dinheiro que gastaram poderia ter sido perfeitamente utilizado em estruturas correctas e adequadas para servir as populações.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Vou agora responder ao Sr. Deputado do PSD Duarte Pacheco. Fala muito bem de questões de responsabilidade, mas não se esqueça, por favor, Sr. Deputado, que estas responsabilidades começam na altura do governo de Cavaco Silva.

**Vozes do PS**: — Ah!...

A **Oradora**: — Não se esqueça, por exemplo, das dificuldades com que se confrontou o aterro de Ossela relativamente a esta matéria.

*Aplausos do BE.*

Portanto, quando falamos de responsabilidades, referimo-nos às dos sucessivos governos.

O Sr. Deputado disse, e muito bem, que os aterros estão a esgotar a capacidade. Então, é tempo de o actual Governo tomar medidas sérias, concretas e estratégicas no sentido da resolução efectiva do problema dos resíduos em Portugal. E isso passa por uma estratégia de prevenção, de reciclagem, de valorização orgânica dos resíduos e também, naturalmente, pelos aterros, que são uma estrutura fundamental como solução de fim de linha, naturalmente aterros controlados e correctamente localizados e construídos.

O Sr. **Marco António Costa** (PSD): — É isso que estamos a fazer agora!

A **Oradora**: — Por isso, Sr. Deputado, quero dizer-lhe que fiquei muito preocupada com as declarações que ouvi por parte do Ministério das Cidades, Ordenamento do

Território e Ambiente ao referir, como hipotética solução, nomeadamente, para o esgotamento da capacidade dos aterros, a pseudo-solução incineração que, relembro, foi contestada, nomeadamente, pelo Tribunal Europeu de Justiça, solução, essa, que Os Verdes contestam com veemência.

Espero, sinceramente, que este Governo não opte por essa solução, que já deu provas de ser errada,...

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, o tempo de que dispunha esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

A **Oradora**: — ... mas, antes, por soluções sérias e correctas, as quais se prendem, como referi, com a prevenção, com a reciclagem e com a valorização orgânica.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Acontece que temos um Ministro da Presidência com a pasta do audiovisual. Acontece que o mesmo Ministro, em tempos recentes, tem defendido tudo e o seu contrário: do fim da RTP2 à sua entrega a uma «sociedade civil», que parece não querer ficar com o canal; da eliminação da Antena 3 até à conclusão de que, afinal, tal estação pode catapultar jovens audiências para o conjunto da RDP. Tudo, mas tudo, se pode esperar deste Ministro.

Mas há limites que a seriedade impõe quando, nesta Assembleia, Morais Sarmento, à boleia de um estudo que contraria todos os inquéritos sociológicos conhecidos a respeito dos públicos do canal 2, defende a extinção do programa *Acontece* porque (pasmem-se!) os custos são de tal ordem que melhor seria «pagar uma viagem à volta do mundo a cada um dos telespectadores.», entramos, definitivamente, no reino do mais puro delírio e da mais rasteira demagogia.

Poderíamos utilizar uma gama variada de argumentos. Desde logo, não ouvimos, por parte do Ministro, um único argumento sobre os objectivos do programa. Cumpre a sua função de serviço público?

Contempla uma cobertura eficaz e crítica da criação cultural contemporânea? É espelho da diversidade e complexidade dos «mundos da cultura»? É, efectivamente, serviço público aplicado à divulgação cultural? Sobre esta agenda, seria possível um debate sério, sereno e construtivo. Mas o Ministro Morais Sarmento tem uma compulsiva tentação pela atoarda política.

Será que o Ministro esquece que, numa lógica de serviço público, a simples medição de audiências ou o custo por programa são, apenas, critérios entre outros, inclusivamente critérios que podem ser subalternos?

Para garantir a diversidade de formas de expressão, de estilos e modos de vida, o argumento economicista peca por uma evidente simplificação. Se a lógica do mercado desregulado imperasse, já sabemos como seria a programação dos canais públicos: *Bombástico* de manhã, à tarde e à noite; informação tablóide; sangue, suor e lágrimas...

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — O serviço público, independentemente dos seus custos (que importa, obviamente, ponderar), cumpre, pois, essa função indispensável à democracia e à esfera pública: assegurar a pluralidade e a diversidade, em

particular daqueles discursos — como certas formas de expressão cultural e artística — que, não sendo feitos para maiorias, são essenciais para a compreensão do mundo, para a descoberta de novos sentidos e para a realização de quem neles se revê.

Para olhar para as audiências de um programa como o *Acontece*, é preciso saber quantas pessoas são induzidas a ler, a ir ao teatro ou a exposições. E quantas pessoas, ou porque não podem ou porque não sabem, têm, com este tipo de programas, contacto com a actividade cultural. Quantos novos leitores e públicos consegue cativar um programa como o *Acontece*? Isso, sim, seriam critérios de serviço público. Saber se determinado programa cumpre os objectivos para que foi criado é o que conta.

Pouco interessa saber qual a opinião de um ministro sobre um programa de televisão. O Sr. Dr. Morais Sarmiento não é nem director de programas da RTP, nem administrador, nem crítico de televisão.

**O Sr. António Montalvão Machado (PSD):** — Nem quer ser!

**O Orador:** — Que seja responsável e guarde para si as suas opiniões e gostos. Que cumpra a sua função: deixar que quem nomeou decida sobre o que deve e não deve estar na grelha de programas da estação pública.

Não, Sr. Ministro, não queremos esmagar a crítica heterodoxa, a experimentação artística, a dissonância intelectual, o não alinhamento com a opinião e o gosto oficiais.

Não, Sr. Ministro, o argumento das viagens à volta do mundo não convence ninguém da sobriedade e seriedade que deveria ter no exercício das responsabilidades governamentais que lhe competem.

Não, Sr. Ministro, o mundo não pode ficar mais pobre só porque uma exposição, um filme, um livro, uma sinfonia ou um programa de televisão não dão lucro.

Não, Sr. Ministro, a cultura não é uma mercadoria.

Não, Sr. Ministro, a crença cega no mercado não pode fazer lei, por maioria de razões, no domínio da criação e difusão culturais.

O programa *Acontece* não merece acabar por delírio de um Ministro. Dê-nos outros argumentos e discutiremos. Apresente modelos alternativos de divulgação cultural e discutiremos. Refira que é outra a sua ideia de captação de novos públicos e discutiremos. Não podemos alinhar, contudo, no grau zero da discussão. Se tal fosse o caso, diríamos que a *Operação Triunfo*, para além de não ser serviço público (coisa que o *Acontece* é, independentemente do juízo que possamos emitir a seu respeito), comporta custos tais que daria para pagar a cada telespectador não uma viagem de volta ao mundo mas os rendimentos anuais de um assessor do Ministro Paulo Portas.

Que o Dr. Morais Sarmiento seja Ministro e se contente com isso. Porque, quando políticos resolvem ditar gostos de Estado, o resultado, já se sabe, não é famoso. E se o Ministro for Morais Sarmiento, então, é de temer a catástrofe.

*Aplausos do BE e de Deputados do PS.*

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Inscreveram-se para formular pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado João Teixeira

Lopes quatro Srs. Deputados. No entanto, como o Bloco de Esquerda não tem tempo para responder, solicito que cada um dos grupos parlamentares que vai intervir dê tempo igual àquele que utilizar ao Sr. Deputado João Teixeira Lopes. Caso contrário, não vale a pena usarem da palavra.

*Pausa.*

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

**O Sr. Bruno Dias (PCP):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Teixeira Lopes, no fundamental, comungamos da preocupação que veio trazer a esta Assembleia.

É público e foi referenciado que o Sr. Ministro afirmou que era mais barato pagar uma viagem de volta ao mundo a cada telespectador do programa *Acontece* do que continuar a sua transmissão.

**O Sr. António Montalvão Machado (PSD):** — Não é nada disso!

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Em que contexto?!

**O Orador:** — Tal como já aconteceu, estamos perante uma situação em que a irresponsabilidade política e o disparate puro e simples vêm ao de cima.

**O Sr. António Filipe (PCP):** — Exactamente!

**O Orador:** — O próprio Sr. Ministro começa o mandato e a Legisatura por afirmar que a RTP não pode entrar na competição pelas audiências e pelo *share* na televisão e que tem de manter e elevar o nível da qualidade do audiovisual e da programação televisiva em Portugal e, a seguir, o grande alvo privilegiado dos ataques do Sr. Ministro é um programa de televisão que, manifestamente, mantém e eleva o nível da qualidade da televisão em Portugal. Isto é inadmissível e merece claramente o nosso repúdio!

Assim como merece o nosso repúdio, a propósito de serviço público de televisão, o ataque por parte do Governo e da RTP à manutenção e financiamento das «janelas» de emissão regional, muito badaladas ao longo dos últimos anos e que têm sido uma experiência muito interessante. Os centros de emissão regional têm sido encerrados e a emissão foi, pura e simplesmente, cortada, por exemplo, em Trás-os-Montes e Alto Douro e na Beira Interior, em que a emissão regional de Lisboa é difundida em relé no norte e centro do País.

**O Sr. Luís Fazenda (BE):** — Muito bem!

**O Orador:** — Isto é claramente inadmissível e não se pode tolerar perante uma assimetria regional e uma política de subfinanciamento para o interior do País. Todos os cidadãos deste país têm, obviamente, o direito à informação regional de qualidade e actualizada, coisa que as «janelas» de emissão regional permitiriam.

Portanto, mais uma vez, é o serviço público de televisão, é o direito a esta pluralidade informativa que está a ser posta em causa.

Gostava de saber a sua opinião, Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Teixeira Lopes, como se recordará, eu estava na 1.<sup>a</sup> Comissão no dia em que o Sr. Ministro Morais Sarmiento disse o que disse — e o Sr. Deputado também estava.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Recordo-me!

O **Orador**: — Foi no mesmo dia em que o Sr. Deputado se insurgiu muito pelo facto de alguém — que, por acaso, é um conceituado jornalista, escreve bem e já dirigiu inúmeros jornalistas, mas não é de esquerda e muito menos do Bloco de Esquerda!... — poder vir a exercer funções na Lusa. Recordar-se, Sr. Deputado?

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Recordo-me perfeitamente!

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Exatamente!

O **Orador**: — Foi no mesmo dia em que o Sr. Deputado insultou objectivamente jornalistas da Lusa por insinuar ou, mesmo, dizer expressamente que são instrumentalizáveis, que podem ceder a pressões e que fariam aquilo que alguém que fosse dirigir ou ter funções na Lusa lhes pudesse dizer.

**Vozes do CDS-PP**: — Muito bem!

O **Orador**: — Eu, que conheço jornalistas da Lusa, sei bem, como o Sr. Deputado também sabe, que eles nunca permitiriam tamanha instrumentalização.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Tal e qual!

O **Orador**: — Foi também no mesmo dia, Sr. Deputado Teixeira Lopes, em que ouviu — ou ouviu o Sr. Deputado Luís Fazenda, porque estava lá — o Sr. Ministro dizer o que disse sobre o programa *Acontece*, mas sem que lhe tenham colocado uma questão sobre o programa *Acontece*.

**Vozes do CDS-PP**: — Muito bem!

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Exatamente!

O **Orador**: — Na Comissão, perante o Sr. Ministro, o Sr. Deputado Teixeira Lopes ou, pelo menos, o Sr. Deputado Luís Fazenda ouviram tudo o que o Sr. Ministro disse sobre o programa *Acontece*, mas não o questionaram.

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Esqueceram-se!

O **Orador**: — Deixaram que passasse todo este tempo e, hoje, vêm aqui «fazer este número» para a imprensa, em vez de tentarem informar-se no local, como era suposto, sobre aquilo que efectivamente o Sr. Ministro disse ou não disse, mas que agora querem que tenha dito, apesar de nunca o ter dito, Sr. Deputado.

E porquê? Porque nunca o Sr. Ministro Morais Sarmiento, nesse dia, nessa Comissão, disse aquilo que o Sr. Deputado Teixeira Lopes agora pretende que ele tenha dito.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — E eu confirmo! Não disse nada disso!

O **Orador**: — Nunca o Sr. Ministro Morais Sarmiento disse, em qualquer momento, que pretendia acabar com o programa *Acontece*, até porque nem tinha competência para o fazer, Sr. Deputado!

**Vozes do CDS-PP e do PSD**: — Muito bem!

O **Orador**: — Mesmo que o Sr. Ministro o quisesse fazer, não tinha competência para tal, como o Sr. Deputado bem sabe.

Portanto, até desse ponto de vista é profundamente falaciosa a questão tal como a coloca.

No mais, Sr. Deputado, a única coisa que ouvi do Sr. Ministro foi um exemplo,...

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Exatamente!

O **Orador**: — ... em termos de racionalização de meios, daquilo que se propõe prosseguir, numa lógica de serviço público, na RTP2 com um programa, de que é exemplo o *Acontece*, sem com isso ter feito qualquer juízo de natureza pejorativa em relação a esse programa, à dimensão do serviço público que o mesmo presta, ao interesse do programa, o que seja.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Foi isso que o Sr. Ministro disse?!

O **Orador**: — O Sr. Ministro deu-lhe um exemplo de racionalização de serviços, mas tendo também consciência — como, de resto, afirmou em numerosas partes da sua intervenção — que o serviço público não se mede apenas em termos de racionalismo económico, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — O Sr. Ministro gastou grande parte da intervenção a explicar isso mesmo: serviço público não tem necessariamente que ver apenas com critérios de natureza de racionalidade económico-financeira. E, quanto a isso, o Sr. Deputado nada disse.

Portanto, quando o Sr. Deputado teve um desempenho nessa Comissão eivado de profunda demagogia,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha esgotou-se.

O **Orador**: — ... não era de esperar que fosse agora, na sua intervenção, reputar o amor à verdade e tentar pôr na boca do Sr. Ministro aquilo que ele, efectivamente, disse.

**Aplausos do CDS-PP e do PSD.**

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Capitão.

O Sr. **Gonçalo Capitão** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Teixeira Lopes, é evidente que escolheu um tema lateral, como é hábito no Bloco de Esquerda, para fazer este debate.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Em vez de vir aqui dignificar a reestruturação que está em curso na RTP e reconhecer que erradamente andaram a dizer no passado que queríamos «matar» a RTP, poderia ter vindo com outra linha de intervenção. Poderia ter vindo dizer que a RTP está melhor — e os portugueses já o perceberam.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Posso dar-lhe um exemplo: ainda noutro dia, estive num debate com vários estudantes, cuja filiação partidária desconheço, que diziam que o seu canal de referência em matéria dos canais ditos «generalistas» era a RTP, neste momento.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Agora!

O **Orador**: — Mas isso ao Sr. Deputado já não interessa.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O que é que isso tem a ver com o programa *Acontece*?!

O **Orador**: — Aliás, podia também ter vindo reconhecer que a RTP, hoje, é uma empresa com futuro e que vai aliar a qualidade à responsabilidade que tem de ter quem governa um país. Obviamente que esse não é um problema que vos afecte agora ou no futuro, nem em Portugal nem no planeta adjacente!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Quero a minha «volta ao mundo»!

O **Orador**: — Diria também que os senhores padecem de uma falta de política para o audiovisual. Pedindo um título emprestado a um Deputado do Partido Socialista, diria que a vossa política, nesta matéria, é a do «ódio visual».

*Risos do PSD e do CDS-PP.*

Claro que o Sr. Ministro lançou o tema de forma algo controversa, mas não disse que ia acabar com o programa. Aliás, sugeriu até que se podia melhorar o modelo, que se podia oferecer mais e melhor aos portugueses.

**Vozes do PSD e do CDS-PP**: — Muito bem!

O **Orador**: — Se Pavlov hoje fosse parlamentar, diria que o seu caso é um caso de «reflexo político condicionado»: ouviu o Sr. Ministro Morais Sarmiento falar, tem de o atacar!

Aliás, diria também que é um caso de legitimidade processual activa (se me permite a imagem, mais uma vez): os senhores arremessam tudo e mais alguma coisa

e, quando vem um Ministro lançar uma coisa de forma mais controversa, é uma desgraça! Dir-se-ia que no jardim há algumas brincadeiras, mas no salão armam-se em donzelas ofendidas!...

*Risos do PSD e do CDS-PP.*

Isto é um pouco do vanguardismo trotskista que, aqui e além, passa e perpassa pelas intervenções do Bloco de Esquerda. Só que esse vanguardismo, às vezes, leva-vos tão à frente, tão à frente, tão à frente que perdem contacto com a realidade, que vai ficando para trás!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — «Às vezes», não! Sempre!

O **Orador**: — Perguntar-lhe-ia, sinceramente, Sr. Deputado, se vê, ou não, que vamos ter uma RTP melhor e a servir melhor os portugueses.

Quanto à intervenção que fez, devo dizer que já teve intervenções mais positivas, mas, olhe, «acontece»...

*Risos e aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Melo.

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Melo** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Teixeira Lopes, há momentos em que qualquer político pode ter frases infelizes — que o diga o ex-ministro Carlos Borrego, que pagou caro por isso! — e esta pode ter sido uma frase infeliz. Só que, de uma só penada, o Sr. Ministro Morais Sarmiento atacou princípios básicos de um serviço público de televisão.

O primeiro, o da independência, porque, querendo ou não, provocou uma ingerência naquilo que deve ser a independência da própria RTP.

**Vozes do PS**: — Muito bem!

A **Oradora**: — E isso percebe-se, porque na grande reestruturação, ainda agora referida, que está em curso no audiovisual, não há nenhuma parte onde se refere a mudança da tutela do Governo para a Assembleia da República, por exemplo, o que seria verdadeiramente um reforço da independência do serviço público de televisão.

Por outro lado, esqueceu-se que a promoção da língua e da cultura portuguesas são elementos essenciais do audiovisual. O *Acontece* faz isso.

**Vozes do PS**: — Muito bem!

A **Oradora**: — Esqueceu, também, a necessidade de o serviço público responder a uma pluralidade de públicos, mas também ser o reflexo de uma pluralidade de realidades. O Sr. Ministro, com certeza, não pensou que o sector cultural amplamente concebido implica centenas e centenas de profissionais e de empresas que trabalham também no tecido económico português.

Portanto, o esforço de utilização da televisão como serviço público é fundamental na formação, na educação, na divulgação do conhecimento. E que ninguém tenha medo da palavra elite, porque é disso mesmo que precisamos: de um alargamento das elites e não do menosprezo pelas elites.



Finalmente, quanto à substância da frase — substituir o *Acontece* por não sei quantas viagens à volta do mundo —, tenho muito medo dessas frases de substituição, porque já ouvi, aqui há tempos, um conhecido *opinion maker* da área do PSD dizer que seria preferível transferir, ou transformar, ou substituir o canal 2 por duas dezenas de DVD com as melhores gravações postas em cena dos grandes textos da dramaturgia portuguesa... Onde é que iremos depois disto? Será que ainda vamos ouvir alguém dizer que é melhor substituir os debates na Assembleia da República por belíssimas cassetes com os melhores discursos dos tribunos?!

*Risos do Deputado do BE João Teixeira Lopes.*

Ou substituir o Governo por uma excelente empresa de gestão do «deve e haver»? É que, por este caminho, chegaremos a Brecht e, se não gostarmos do povo, dissolvemo-lo e elegemos outro!

**Vozes do PS:** — Muito bem!

A **Oradora:** — Sr. Deputado, pergunto-lhe se não considera que, no fundo, o que esta frase infeliz poderá significar é que o que está na cabeça do Sr. Ministro Morais Sarmiento não é mais do que a tão conhecida frase aplicada ao serviço público de televisão: «E não se pode exterminá-lo?».

*Aplausos do PS e do BE.*

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes, para o que dispõe, no máximo, de 5 minutos, tempo que lhe é cedido por outros partidos.

O Sr. **João Teixeira Lopes (BE):** — Sr. Presidente, começo por responder ao Sr. Deputado Nuno Melo, dizendo-lhe que, de facto, não é o CDS-PP que dita a agenda do Bloco de Esquerda nem é quem decide quando o Bloco de Esquerda intervém ou não.

O que o Sr. Ministro tentou fazer na comissão foi, claramente, desviar as atenções para o caso extremamente polémico e extremamente duvidoso da nomeação de Luís Delgado, como comissário político, para a Lusa.

*Protestos do CDS-PP.*

O Sr. Ministro, utilizando argumentos que não diziam respeito à matéria pela qual foi chamado à Comissão, queria discutir questões outras que possibilitassem ficar na sombra o essencial do que estava em discussão na altura. Nós não vamos nas táticas do Sr. Ministro. Permita-nos que tenhamos a nossa forma de argumentar, quando entendermos e como entendermos.

Na altura, não quisemos fazer o jogo do Sr. Ministro, mas posso garantir-lhe que fiquei absolutamente indignado com o que se passou e a prova dessa indignação foi expressa quando o entendemos, que é hoje, aqui e agora, no local ideal para o fazer.

O Sr. **Luís Fazenda (BE):** — Muito bem!

O **Orador:** — Quanto ao que referiu o Sr. Deputado Bruno Dias, gostava de dizer que, de facto, a questão do

serviço público tem também uma componente territorial e regional. Nesse aspecto, este Governo tem sido vanguardista, sim, na eliminação do que são as valências dos centros regionais da RTP, na maior parte dos casos muito bem equipados e que estão a ser claramente subutilizados, em termos de recursos técnicos e de recursos humanos. Ora, é óbvio que isto tem interesses por trás, é óbvio que isto favorece quem quer centralizar a informação, porque uma informação centralizada é, também, uma informação que melhor se controla.

A este propósito, coloca-se a questão que referiu a Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Melo.

Na verdade, Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Melo, não é por acaso que o Sr. Ministro escolhe o *Acontece* como alvo. Em política, não há coincidências desse tipo. O Sr. Ministro escolhe como alvo o programa *Acontece*, em primeiro lugar, repito, porque quis desviar as atenções em sede de comissão,...

O Sr. **António Costa (PS):** — Foi um insulto!

O **Orador:** — ... em segundo lugar, porque, independentemente da qualidade intrínseca do mesmo — e seria ocasião para um debate sério quanto a saber se haveria conteúdos a melhorar, se haverá formas mais ou menos atractivas de divulgação cultural, debate para o qual estaríamos dispostos a colaborar —, a escolha do programa *Acontece* como alvo é, obviamente, sinónimo de que o Sr. Ministro tem horror à intelectualidade, à cultura e, principalmente, ao alargamento de públicos.

O Sr. **António Montalvão Machado (PSD):** — Isso é falso!

O **Orador:** — É que o que está em causa no caso do programa *Acontece* é que há muitos cidadãos e cidadãs que têm defendido este programa através de uma petição que já ultrapassa 10 000 aderentes, porque sabem que o mesmo é uma forma de induzir novos leitores, novos espectadores, inclusivamente, novas formas de relação com a cultura, que é do que precisamos.

No fundo, o Sr. Ministro Morais Sarmiento tem esse pendor anti-intelectual, tem pendor para um certo desprezo por quem pensa e por quem se pensa. Caso contrário, o Sr. Ministro não teria o reflexo — esse, sim, pavloviano — de, sempre que está a discutir um assunto sério, acusar o toque com as mais demagógicas atoardas.

Este Ministro, Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Melo — e estou também a responder ao Sr. Deputado Gonçalo Capitão —, é, de facto, autor das mais infelizes frases que se tem ouvido neste Parlamento. Só que, ao contrário do anterior ministro que referiu, não tem tido sofrido consequências políticas. E não tem havido consequências políticas porque, infelizmente, sabemos quem é a maioria que nos governa.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente:** — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Coelho.

O Sr. **Jorge Coelho (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há um ano, o Sr. Primeiro-Ministro prometeu para meados deste ano a recuperação económica, mas a realidade nua e crua que está a chegar às casas de

milhões de portugueses é, infelizmente, bem diferente e dolorosa.

Portugal está, neste momento, a viver uma gravíssima crise económica e social.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — Em vez da retoma económica, temos um aumento vertiginoso do desemprego. São mais de 400 000 desempregados. São milhares de famílias que estão a ter um dia-a-dia de angústia e de temor relativamente ao futuro.

Em vez da retoma económica, Portugal é o país da União Europeia onde o desemprego mais cresceu no último ano.

Em vez da prometida retoma económica, a nossa economia tem um crescimento negativo, sendo as perspectivas para este ano ainda piores.

O investimento público e privado baixam. O mercado das obras públicas desacelera.

As famílias perdem poder de compra e reduzem o seu consumo com medo do futuro.

Ao contrário do prometido, os impostos aumentaram.

Os combustíveis nunca estiveram tão caros.

A vontade e a confiança dos agentes económicos baixaram para valores impensáveis.

Os salários em atraso voltaram novamente a ser uma triste realidade.

De norte a sul, empresas, multinacionais e nacionais, fecham as suas portas.

A criminalidade, pequena e grande, dispara. Só os crimes violentos aumentaram 50%.

Portugal, por incúria e incompetência do Governo, acaba de perder a favor de Espanha mais de 1/3 da quota anual do Fundo de Coesão que lhe estava atribuída.

Os resultados de um ano de governação da direita estão à vista de todos: um País sem rumo, um País sem uma estratégia correcta de desenvolvimento, um País deprimido e com mais uma falsa promessa — a da retoma económica.

*Aplausos do PS.*

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Socialista reuniu, no último sábado, o seu Fórum Autárquico, onde fez um ponto de situação sobre o estado do poder local.

Gostaria de afirmar aqui que o Partido Socialista tem muito orgulho na obra do poder local democrático em Portugal.

*Aplausos do PS.*

Saudamos com entusiasmo os milhares de mulheres e homens de todas as forças políticas que no dia-a-dia, nas câmaras e assembleias municipais, nas assembleias e juntas de freguesia, tudo fazem para que Portugal seja um país mais desenvolvido, mais moderno e mais solidário.

*Aplausos do PS.*

Mas também aí, no poder local, a situação é grave pelo facto de o Governo impedir o recurso ao crédito às autarquias, nomeadamente para construção de habitação social e para financiar obras com apoios comunitários, a situação é de paralisia em inúmeros concelhos do País.

Parou a construção de casas para milhares de famílias a quem tinha sido prometida habitação.

Equipamentos culturais, equipamentos sociais, equipamentos de saúde, equipamentos educativos, pavilhões, centros de dia, etc., tudo está em causa neste momento.

As decisões estavam erradas e as consequências estão à vista. É preciso acabar com estes erros, é preciso, urgentemente, mudar de política.

*Aplausos do PS.*

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Mas também é preciso denunciar com clareza o *flop* que está ser o tão apregoadado processo de descentralização do Governo.

Sem uma estratégia coerente e sólida, assiste-se a uma desagregação completa da matriz de organização do espaço nacional.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — Criam-se áreas metropolitanas, comunidades urbanas que só servem para atrair os menos informados, pois, não tendo nem meios, nem funções, nem obedecendo a qualquer critério racional que induza à sua constituição, levam os autarcas e a sociedade em geral a olhar de soslaio para esta «grande» reforma.

*Aplausos do PS.*

Agora, anunciam a «democratização» das comissões de coordenação regional.

Em vez de aprofundar um modelo que viesse permitir uma coordenação dos organismos desconcentrados e promover uma gestão racional horizontal das políticas sectoriais, opta-se pelo populismo serôdio.

O Sr. António Costa (PS): — Exactamente!

O Orador: — Mas há algo que não pode deixar de ter uma resposta clara.

Dizer que há uma democratização no novo modelo de funcionamento das comissões de coordenação regional, em que o novo presidente é nomeado pelo Governo mediante escolha de um conjunto de três nomes indicado por conselhos consultivos, onde o PSD sabe que tem maioria e nomeando o Governo mais três vice-presidentes sem perguntar nada a ninguém, chamar a isto democratizar é a mesma coisa que admitir que há submarinos à vela.

*Risos e aplausos do PS.*

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Socialista assume as suas responsabilidades de grande partido nacional e do poder local e apresenta um conjunto de propostas para, em discussão com todas as forças políticas, se procurar encontrar um novo modelo de gestão do poder local.

Estas iniciativas não aumentam a despesa pública e dão outras condições de funcionamento e melhores meios ao poder local. São propostas que propiciam mais justiça, mais racionalidade e mais solidariedade no modelo de gestão do poder local.

Em primeiro lugar, cumprimento integral da Lei de Finanças Locais.

*Aplausos do PS.*

Em segundo lugar, adopção de um novo sistema de tributação das mais-valias resultantes de operações urbanísticas, criando-se, assim, mais justiça social.

Em terceiro lugar, promover outro processo de avaliação dos prédios rústicos e urbanos, com mais racionalidade e equidade. Pretende-se, por exemplo, evitar que um novo apartamento, simples e funcional, seja mais onerado que as moradias valiosas e que as grandes quintas estejam praticamente isentas. Mas também temos o objectivo de tratar criteriosamente os terrenos expectantes.

*Aplausos do PS.*

Em quarto lugar, majorar as taxas a aplicar nas operações de expansão urbana, reduzindo-as nos projectos de reconstrução e requalificação.

Em quinto lugar, alargar a base de incidência das taxas a aplicar pela utilização do domínio público, nomeadamente por parte dos grandes utilizadores de infra-estruturas.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — Em sexto lugar, instituir taxas diferenciadas, prosseguindo objectivos de desenvolvimento e investimento de alcance social.

Em sétimo lugar, criar condições para uma maior participação das autarquias na fiscalização tendente a reduzir a evasão fiscal, nomeadamente no que diz respeito aos impostos locais. É o caso da fiscalização de segunda habitação no que se refere à contribuição autárquica.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Orador: — Promover uma maior participação das autarquias nas negociações do futuro quadro comunitário, nomeadamente nos programas de interesse regional.

Estabelecer parcerias público-privadas, nomeadamente nos modelos de *project finance*.

Adaptar à transferência de novas competências os recursos adequados, reforçando também o papel das freguesias.

Assumir o papel do fundo de gestão municipal como elemento fundamental de combate às assimetrias, revendo os critérios de repartição desta verba originária do Orçamento do Estado.

Diversificar as bases de financiamento, nomeadamente as obrigações autárquicas indexadas a projectos co-financiados pelos fundos comunitários e/ou alargamento dos passivos actuais.

Criar uma entidade que avalie as emissões de obrigações com estatuto de garantia mútua e que possam gozar de benefícios fiscais.

Por último, rever a lei dos solos, de forma a permitir às autarquias a aquisição de solos essenciais à materialização das suas competências exclusivas, nomeadamente, habitação social, equipamentos desportivos, de saúde e de protecção social.

*Aplausos do PS.*

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É consensual a necessidade de um poder local com capacidade para levar aos cidadãos mais desenvolvimento e melhor qualidade de vida.

Num momento em que se enfrenta a nível nacional uma gravíssima crise económica e social, é essencial preservar a dinâmica de um sector que, desde o 25 de Abril, tem sido dos mais dinâmicos da sociedade portuguesa.

A Sr.<sup>a</sup> Maria Santos (PS): — Muito bem!

O Orador: — O Partido Socialista deixa aqui este desafio ao Governo e a todas as forças políticas, no pressuposto de que tem de haver uma outra política, geradora de progresso, modernidade e solidariedade.

O Partido Socialista está ao lado do poder local e de todos os portugueses nesta luta.

*Aplausos do PS, de pé.*

O Sr. Presidente: — Para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Oliveira.

O Sr. Manuel Oliveira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Coelho, bem-vindo às questões autárquicas!

Durante vários anos, assistimos aos seus inflamados discursos, mas noutra área. Habitou-nos, nesta Casa, a intervenções a anunciar obras, a anunciar quilómetros de estrada, a anunciar concretizações e, depois, quando passávamos nos locais, a concretização era zero.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Agora, Sr. Deputado Jorge Coelho, percebemos a sua verdadeira vocação. Deixe que lhe diga, Sr. Dr. Jorge Coelho, que o Eng.<sup>o</sup> Guterres foi muito ingrato para com V. Ex.<sup>a</sup>: a sua verdadeira vocação era, efectivamente, para ministro das autarquias.

O Sr. José Sócrates (PS): — É só isso?!

O Orador: — Agora, percebemos que as transferências para as autarquias locais não se concretizaram mas se o Deputado Jorge Coelho tivesse sido o ministro das autarquias, durante os seis anos de governo socialista, teriam sido concretizadas as promessas eternamente adiadas quanto a essa matéria.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado Jorge Coelho, foram precisos 6 anos e 10 meses para que o seu partido apresentasse algo, pelo menos em termos de opinião, já que não conhecemos efectivamente as vossas propostas.

*Protestos do PS.*

Já agora, deixo-lhe um desafio. Tiveram todo aquele tempo e, hoje, que vem elencar uma série de sugestões, apresente os projectos de lei,...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Isso é que é mais difícil!

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Venham os projectos!

O **Orador**: — ... de preferência a curto prazo, durante o mês de Março, para que consigamos encontrar as melhores soluções para o poder autárquico no sentido de, finalmente, se concretizar o desiderato deste Governo, a descentralização.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Deputado Jorge Coelho, como disse na sua intervenção, o Governo aprovou ontem as alterações à orgânica das comissões de coordenação regional.

No entanto, nada disse quanto ao facto de serem os presidentes de câmara a indicar os presidentes das referidas comissões. Ora, parece que, na sua bancada, não é consensual a disposição do Governo de envolver os presidentes de câmara nessa designação.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Coelho.

O Sr. **Jorge Coelho** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Manuel Oliveira, muito obrigado pela sua pergunta.

Relativamente ao que disse inicialmente sobre as razões por que eu deveria ou não ser ministro, são os portugueses quem determina isso.

**Vozes do PSD e do CDS-PP**: — É verdade!

O **Orador**: — Os senhores ficam sempre excitados de cada vez que aqui venho falar! É sempre uma nervoseira doida! Tenham calma!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — São saudades!

O **Orador**: — Já vi que são saudades!

O Sr. **António Costa** (PS): — Até eles já têm saudades!

O **Orador**: — Até os senhores já têm saudade de ouvir-me!

Mas continuando direi, em primeiro lugar, que acho que isso que disse são tudo questões de somenos. O importante é discutir como é que vamos melhorar as condições de vida dos portugueses e, nomeadamente no poder local, como é que vamos trabalhar para pôr as coisas a funcionarem melhor.

**Vozes do PSD e do CDS-PP**: — Muito bem! Apoia-do!

O **Orador**: — A única coisa que lhe digo quanto ao passado é que foi preciso os senhores voltarem outra vez ao governo para a Lei das Finanças Locais não ser cumprida em Portugal, tal como aconteceu no tempo do Prof. Cavaco Silva.

*Aplausos do PS.*

Em segundo lugar, recebo com agrado a disponibilidade do PSD para também se integrar neste movimento que defendi, no sentido de todos, da forma mais consensual possível, procurarmos encontrar um novo modelo de gestão do poder local, porque estamos de acordo em que tem de ser repensado o que está a ser feito.

Portanto, como é evidente, vamos apresentar não só diplomas nesse sentido...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Antes de marcarem as datas, os senhores próprios têm de fazer as coisas, os «trabalhos de casa».

Ora, o que vamos fazer é, através de reuniões que solicitaremos a todos os outros partidos aqui representados, procurar encontrar a forma de concretizar isto.

Mas deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que se eu fosse um radical — e a idade, conforme vai avançando, menos radical me torna —, poderia dizer aqui hoje o que, por exemplo, o Presidente da Associação Nacional dos Autarcas Sociais Democratas diz daquilo que é a acção do vosso Governo. Sabe o que é que ele diz? Que é o ano mais negro do poder local, em Portugal! É o Presidente da Associação Nacional dos Autarcas Sociais Democratas que o refere! E sabe o que diz o Presidente da Câmara Municipal de Gaia? Que é uma tragédia aquilo que os senhores estão a fazer, em termos de cortes e de condições! E, depois, diz porquê.

Mas não vou tão longe. Acho que temos de trabalhar em conjunto e cada um tem de ser julgado pelo que faz. O Partido Socialista e o seu governo foram julgados pelo que fizeram e os senhores, agora, têm de ser julgados pelo que fazem.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria Santos** (PS): — Não fazem nada!

O **Orador**: — E, infelizmente, no que diz respeito ao poder local, estão a criar condições para degradar aquilo que está a funcionar no poder local.

Quanto à situação económica e social, os senhores estão a pôr este país nas ruas da amargura,...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Nós?!

O **Orador**: — ... estão a pôr este país numa situação inacreditável do ponto de vista social...

O Sr. **Joel Hasse Ferreira** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — ... e a responsabilidade é exclusivamente do PSD.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Paiva.

O Sr. **Miguel Paiva** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Coelho, quero cumprimentá-lo e congratular-me com a sua vinda para uma área que é de facto importante. Porém, o facto de o senhor aparecer nesta área demonstra as particulares dificuldades do Partido Socialista neste campo. Tanto assim é que tiveram de recrutar — e digo-o com toda a amizade e

consideração — um «peso pesado», foram buscar um Jardel,...

*Aplausos de alguns Deputados do PS.*

... porque a equipa estava com grandes dificuldades e só assim vai tentar resolvê-las.

Naturalmente, comungo da homenagem que aqui prestou ao poder local. De facto, o poder local democrático tem permitido desenvolver o País de uma forma admirável, pelo que merece toda a nossa consideração e também esta referência elogiosa.

Por isso, fico sempre algo estupefacto, quando se tomam medidas sérias e efectivas de descentralização, de desconcentração...

A Sr.<sup>a</sup> Celeste Correia (PS): — Quais?!

O Orador: — ... e de «dessolenização» dos actos, com reacções que demonstram que não compreenderam ou não leram ou que traduzem uma inquietação decorrente do facto de esta área estar a «mexer» e a caminhar, de uma vez por todas, no bom caminho.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Não está!

O Orador: — Um exemplos disso é exactamente o que foi aqui referido sobre as CCR, com a criação, ainda recentemente anunciada (ontem ou anteontem), das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR).

Diga-me, Sr. Deputado, se estou errado quanto a esta fusão das CCR e das DRAOT, com as consequentes vantagens em termos de procedimento, designadamente em termos de celeridade e de simplificação... E deixe-me referir-lhe, Sr. Deputado, só o exemplo do meu concelho de naturalidade e de residência, Vale de Cambra, onde, para tratar de determinados processos, tem de correr-se desde Vila Real até Lisboa — Vila Real, por exemplo, em termos de cultura. E, muitas vezes, por exemplo, em termos de agricultura, para se tratar de um mesmo assunto, tem de se ir a Braga e ao Porto. Isso é o resultado das medidas que, nessa matéria, o vosso governo deixou.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

*Protestos do PS.*

Portanto, VV. Ex.<sup>as</sup> não podem congratular-se, têm de envergonhar-se com isso, e é para acabar com estes casos que surgem mecanismos como estes.

Voltando às Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, gostaria que o Sr. Deputado nos dissesse se não concorda com este aprofundamento da participação, da democratização do organismo, designadamente através da intervenção directa dos municípios, das universidades, enfim, dos organismos não governamentais.

Parece que, em tempo, assim não era. De facto, quando, na anterior Legislatura, o PSD, o CDS-PP e também o PCP apresentaram propostas muito concretas para a democratização das CCR, o Partido Socialista votou contra, porque parece que a opção então...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

O Orador: — Vou concluir, Sr. Presidente.

Como dizia, o Partido Socialista votou contra, porque parece que, então, a opção era o reforço dos comissários regionais, por razões que facilmente se entendem.

*Vozes do CDS-PP: — Muito bem!*

O Orador: — Portanto, gostaria de saber se o Partido Socialista mantém ou não esta posição.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra, por 3 minutos, o Sr. Deputado Jorge Coelho.

O Sr. Jorge Coelho (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Paiva, agradeço-lhe as suas referências, incluindo as futebolísticas — é conhecida a minha ligação ao símbolo a que pertence o jogador que referiu.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Olhe que, hoje em dia, não é um bom exemplo!

O Orador: — Pergunta-me o Sr. Deputado o que penso do modelo de descentralização do Governo. Sr. Deputado, até ao momento — é claro que ainda faltam mais três anos...

O Sr. António Montalvão Machado (PSD): — Pelo menos!

O Orador: — ... e, como sou uma pessoa de boa fé, acredito sempre que é possível fazer melhor —, com o que foi descentralizado para as autarquias, penso que as câmaras municipais até já respiram de outra maneira!... Foram descentralizadas, ou, melhor, foram colocadas nas câmaras municipais, competências importantíssimas, como as que vou passar a referir, que essas, sim, já estão concretizadas na lei, e é bom que os portugueses que nos estão a ouvir saibam que, hoje, já podem ir às câmaras municipais tratar de um conjunto vastíssimo de assuntos. A saber: venda ambulante de lotarias, coisa de grande importância!...

O Sr. José Magalhães (PS): — Crucial!

O Orador: — Arrumadores de automóveis, algo igualmente importante — e lembro aquele êxito do programa levado a cabo no Porto, que está em curso! Acampamentos ocasionais — informem-se os cidadãos deste país que, para tratarem de acampamentos ocasionais, este Governo resolveu esse problema dramático e já podem dirigir-se às câmaras municipais!

*Risos do PS.*

Mas não ficou por aqui: fogueiras também — fogueiras, Srs. Deputados! E queimadas!

*Risos do PS.*

E uma outra coisa, de que me esqueci numa intervenção que fiz no sábado, razão pela qual fui repreendido pelo Presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde, é essa

questão central para o funcionamento do País, que foi transferida para as câmaras: as licenças dos elevadores!

*Risos do PS.*

Até ao momento, mais nada, não há mais nada! Há diplomas a dizer que vão ter isto e aquilo, mas mais nada! Nem meios, nem funções!

Sabe o que é que isto me faz lembrar, Sr. Deputado? Ontem à noite fui ao Teatro Villaret assistir a uma peça de teatro, com o António Feio e o José Pedro Gomes, excelente peça e o teatro estava cheio — aliás, aproveitou para aconselhar todos os Srs. Deputados a lá irem —, e o que lá ouvi é um pouco aquilo que é a política do Governo: «conversa da treta», Srs. Deputados! Não vejo mais nada à volta disto, só conversa da treta! Esta é que é a realidade. «Muita parra e pouca uva»!

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Agora já percebemos onde foi buscar a inspiração!

O **Orador**: — Srs. Deputados, pressionem o Governo, ainda estão a tempo de corrigir! Os senhores já puseram o País e a sua economia nas «ruas da amargura». Não queiram pôr também o poder local nas «ruas da amargura»! Srs. Deputados, ainda estão a tempo: corrijam políticas, mudem de políticas!

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Ficam com a palavra reservada para a próxima sexta-feira, em que também haverá período de antes da ordem do dia, os Srs. Deputados Odete Santos e Nuno Teixeira de Melo, para fazerem declarações políticas em nome dos respectivos grupos parlamentares.

Srs. Deputados, terminámos o período de antes da ordem do dia.

*Eram 16 horas e 40 minutos.*

## ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estão em aprovação os n.ºs 65 a 73 do *Diário*, respeitantes às reuniões plenárias dos dias 6 a 20 de Dezembro de 2002 e 8, 9 e 10 de Janeiro de 2003.

Não havendo objecções, consideram-se aprovados.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Peço a palavra para interpelar a Mesa sobre uma questão muito concreta, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, sabemos que o acordo estabelecido é que o período de antes da ordem do dia se alarga quando não há outro disponível. Mas, neste caso concreto e porque julgo que isso não vai estender a nossa ordem de trabalhos para além daquilo que tem sido solicitado pela bancada do PSD, pedia, Sr. Presidente, que houvesse, desta vez, uma excep-

ção, até porque o tema da nossa declaração política vai ser amanhã abordado pelo Sr. Primeiro-Ministro, tanto quanto já nos foi informado, (não sei se nos mesmos termos, mas é a mesma área) e, assim, na sexta-feira, deixará de ter grande sentido.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a sua intervenção teria sentido, se não tivéssemos já passado à ordem do dia. Lamento.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, a minha interpelação é exactamente no mesmo sentido da do Sr. Deputado Bernardino Soares, para dizer que tem sido prática habitual (e já assistimos a isso em ocasiões anteriores), quando só falta um ou dois grupos parlamentares usarem da palavra, eles poderem fazê-lo no período de antes da ordem do dia.

O Sr. **Presidente**: — Não é exacto, Sr. Deputado. Peço desculpa, mas não é exacto e esse precedente não pode ser aberto. Não vou prolongar o período de antes da ordem do dia.

O **Orador**: — Tem acontecido noutras circunstâncias, Sr. Presidente. Não sendo possível, então, deixo apenas o meu protesto.

O Sr. **Presidente**: — Registo o protesto de V. Ex.ª. Sou obrigado a fazer cumprir o Regimento e é isso o que o Regimento diz: apenas permite a ampliação do período de antes da ordem do dia naquelas semanas em que não há mais períodos de antes da ordem do dia. Ora, como vai haver um período de antes da ordem na sexta-feira, os Srs. Deputados Odete Santos e Nuno Teixeira de Melo ficam com a palavra reservada para esse efeito.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é para informar a Mesa de que a intervenção que pretendia fazer, que me parecia importante e tinha oportunidade, tinha-a hoje e neste momento. Assim sendo, porque já não faz sentido no momento para o qual a Mesa determinou, quero dizer que desisto da inscrição e o assunto deixa de ser tratado.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Deputado. É riscado da lista.

Srs. Deputados, vamos, agora, dar início à discussão, na generalidade, do projecto de lei n.º 179/LX — Alarga o regime de incentivos fiscais à I&D empresarial (PS).

Para apresentar o projecto de lei, tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Santos Silva.

O Sr. **Augusto Santos Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: O projecto de lei que o Partido Socialista apresenta e que procura alargar o regime de



incentivos fiscais à investigação e desenvolvimento empresarial faz parte de um conjunto de projectos concebidos para fomentar a competitividade da nossa economia e a produtividade das nossas empresas.

**O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Têm uma visão limitada e errada sobre as condições e os factores que conduzem à competitividade todos quantos descuram sistematicamente as suas dimensões mais qualificantes. Para nós, pelo contrário, não é com baixos salários, redução de direitos e desinvestimento público que se melhora a competitividade das empresas:...

*Aplausos do PS.*

... é com mais formação, com mais qualificação profissional, com mais inovação, com mais aplicações científicas e tecnológicas.

**O Sr. José Magalhães (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Por outro lado, contribuímos, com este projecto de lei, para não deixar esmorecer o esforço nacional em ciência e tecnologia.

A primeira metade dos anos 90 foi um período sombrio para a política de ciência e tecnologia. Rompemos com esse período, conduzindo, entre 1995 e 2002, uma política activa e determinada para colocar a ciência no centro da agenda pública e do empreendedorismo. Os resultados foram evidentes, em todos os domínios: na organização e avaliação da investigação, na formação avançada, na educação para a ciência, na internacionalização, no apoio à I&D empresarial. É preciso que este esforço público não seja perdido.

**O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Não há nenhuma razão para que a alternância de governo, que é um facto normal em democracia, signifique um recuo drástico em política de ciência e tecnologia, a qual é essencial ao desenvolvimento do País e da sua economia.

*Aplausos do PS.*

É preciso que o Parlamento o diga claramente, hoje que estamos já confrontados com o facto de o Orçamento do Estado para esta área da ciência e tecnologia significar, pela primeira vez desde 1995, uma quebra na afectação de recursos públicos, baixando-os ao nível que tinham no ano de 2000, isto é, recuando três anos no esforço público em ciência e tecnologia.

**O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS):** — Que vergonha!

**O Orador:** — É neste quadro geral que faz sentido defender o projecto de lei agora em discussão. Este projecto focaliza um dos pilares essenciais da política de ciência: o apoio ao crescimento da investigação e desenvolvimento nas empresas. Este projecto usa um instrumento fundamental de promoção desse pilar: os incentivos fiscais; este projecto prolonga e alarga o regime

de incentivo fiscal criado em 1997 e que teve demonstradamente bons resultados.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — De facto, entre 1995 e 2001, a I&D empresarial cresceu a uma taxa anual de 18% (preços constantes), tendo passado a sua participação no conjunto da I&D nacional de 23% para 32%. Ninguém pode ignorar este facto nem a responsabilidade dele decorrente para o Estado, no sentido de consolidar e expandir os instrumentos de política que o permitiram.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O nosso projecto concretiza-se em três medidas simples e principais: a primeira é o alargamento das possibilidades de benefício fiscal às actividades de investigação e desenvolvimento, seja aumentando significativamente a taxa de dedução de base, seja incluindo no leque de despesas a considerar as despesas relativas à fase crítica de colocação no mercado das inovações tecnológicas.

**O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — A segunda medida é a criação de um prémio fiscal de incentivo à propriedade industrial, garantindo uma redução em sede de IRC às empresas que registam e mantêm patentes.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A terceira medida é a criação de um prémio fiscal, também por via de redução em IRC, às empresas que se destacam das restantes pela intensidade do seu investimento em investigação e desenvolvimento.

**O Sr. José Sócrates (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — A questão que é hoje, aqui, colocada, Srs. Deputados, não é, portanto, uma questão menor, é um alternativa, politicamente muito séria, entre visões de desenvolvimento e de futuro.

*Aplausos do PS.*

É a alternativa entre os que querem sustentar a competitividade do País e das suas empresas nos factores de qualificação e inovação e os que se resignam à degradação das condições de vida e dos termos de troca. É a alternativa entre os que percebem que é preciso manter a política pública de ciência e tecnologia no coração dos estímulos à inovação e desenvolvimento empresarial e os que acham que este é um sector dispensável, sacrificável, ao primeiro sinal ou suspeita de crise.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — É a alternativa entre os que defendem um uso articulado entre os apoios financeiros e os incentivos fiscais à modernização, e, por isso, apostam num uso inteligente e economicamente útil dos benefícios em sede de IRC, e os que apenas vêem no sistema fiscal um motivo de demagogias pré-eleitorais e são incapazes de perce-

ber a ligação entre fiscalidade, justiça social e incentivo à iniciativa das pessoas e das organizações.

*Aplausos do PS.*

Está-se ao lado dos que prezam a qualificação, a ciência, a inovação, o uso inteligente dos regimes de incentivos, mas, para isso, é preciso demonstrá-lo, dando ao projecto de lei do PS o bom acolhimento que ele merece.

*Aplausos do PS.*

*Neste momento, assumiu a presidência a Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente Leonor Beleza.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Graça Proença de Carvalho.

A Sr.<sup>a</sup> **Graça Proença de Carvalho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O projecto lei hoje apresentado pelo PS surge na sequência da criação de um regime de incentivos ao fomento da investigação empresarial através da introdução de benefícios fiscais, inicialmente legislado, em 1997, através do Decreto Lei n.º 292, de 22 de Outubro.

O objectivo desta iniciativa seria o de introduzir medidas para estimular o investimento empresarial em I&D com vista ao aumento da produtividade e competitividade da economia portuguesa.

Desde logo, foi afirmado pelo governo que a primeira medida a tomar, numa estratégia de estimular o investimento em I&D das empresas, seria recorrer — aliás, conforme referido no preâmbulo do respectivo Decreto-Lei — a um dos instrumentos clássicos susceptíveis de, a curto prazo, conduzir a resultados: o dos incentivos fiscais.

Posteriormente, e na sequência dos objectivos traçados pela Cimeira de Lisboa, em 2000, em que foi definido tornar a União Europeia na mais competitiva e dinâmica economia do mundo até 2010, o Governo, através do Decreto-Lei n.º 197/2001, de 29 de Junho, alterou o regime de incentivos, aumentando, por um lado, o peso das despesas com acesso ao benefício fiscal, embora especificando em maior detalhe o tipo de despesas que confeririam acesso a tais benefícios, e, por outro, aproximando este regime do então vigente em Espanha, com o argumento da necessidade de Portugal se manter competitivo com a vizinha Espanha.

No ano passado, na Cimeira de Barcelona, foi reafirmado, e devidamente quantificado, o objectivo definido em Lisboa para a União Europeia de aumentar o investimento em I&D de 1,9% do PIB, em 2001, para 3%, em 2010. Embora este objectivo seja coerente com o inicialmente traçado na Cimeira de Lisboa, alguns países poderão ter enormes dificuldades em o conseguir.

Neste sentido, e a título de enquadramento da matéria, gostaria de referir um estudo recentemente publicado pela Comissão Europeia sobre o estado da Ciência, Tecnologia e Inovação na União Europeia, estudo este realizado, em 2002.

Neste estudo, constata-se que Portugal, embora tenha apresentado taxas de crescimento significativas no investimento em I&D (entre os países da União Europeia, EUA e Japão, Portugal teve a terceira maior taxa de crescimento média anual, desde 1995, isto é, 9,9%) ainda não conseguiu ter resultados visíveis e substanciais.

Aliás, o investimento em I&D, em Portugal, representa — segundo os últimos dados que se reportam a 2000, 0,76% do PIB, ou seja, bastante aquém da média europeia de 1,9%.

Outro aspecto, no meu ponto de vista negativo e que este mesmo estudo demonstra, é que o Estado português é a maior fonte de financiamento em I&D, com 69,7% do total investido, enquanto que a média europeia se situa nos 34,2%, os EUA nos 27,3% e o Japão nos 19,6%. Para além de apresentarmos o maior desequilíbrio em termos do peso excessivo do Estado no financiamento, apenas a Itália se aproxima, embora em menor escala, com 50% de peso do Estado enquanto financiador em I&D.

Poderia continuara a enumerar outros aspectos relevantes sobre o investimento em I&D em que a posição de Portugal não traduz resultados satisfatórios: contudo estes indicadores, só por si, denotam alguma incapacidade na obtenção de resultados significativos através dos instrumentos então existentes.

Neste enquadramento de, por um lado, objectivos ambiciosos e, por outro, de fracos resultados, mais do que alargar o âmbito de incentivos já existentes, conforme apresentado neste projecto lei, será necessário levar a cabo um conjunto de medidas coerentes e complementares que possam atingir os objectivos delineados.

Neste sentido, o Programa para a Produtividade e Crescimento da Economia relançou e introduziu um conjunto de programas de financiamento, nomeadamente os programas NEST, IDEIA e QUADROS, focados em inovação tecnológica, demonstrando o interesse e a aposta deste Governo em apoiar a iniciativa privada ao nível do investimento em I&D.

Gostaria, também, de ressaltar duas iniciativas levadas a cabo por este Governo, que, aliás, vão de encontro a uma constatação que o próprio Partido Socialista refere na exposição de motivos do projecto de lei em apreciação: os fracos indicadores da actividade de capital de risco e de registo de patentes em Portugal, onde, e também segundo o PS, importa reforçar as políticas existentes.

Este Governo já procedeu a uma revisão profunda no regime jurídico do capital de risco, assim como no seu regime fiscal, aprovado aqui no âmbito do Orçamento do Estado para 2003, no sentido de poder conferir uma maior dinâmica a este sector.

Também ao nível do registo de patentes, este Governo procedeu, recentemente, à revisão do Código da Propriedade Industrial, que veio trazer ao código nacional não só algumas directivas que ainda aí não estavam introduzidas como também a tirar alguns obstáculos que existiam no sentido do registo de patentes.

Embora a presente iniciativa legislativa revele uma preocupação com o aumento dos apoios às empresas ao nível do I&D, ela não faz mais do que alargar o âmbito de um dos instrumentos existentes, que, aliás, não tem revelado significativos resultados, tal como aqui referido. Por outro lado, as iniciativas promovidas por este Governo, com um conjunto alargado de medidas, tais como as consagradas no PPCE, podem, a seu tempo, demonstrar uma maior eficácia na prossecução dos objectivos traçados.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira.

O Sr. **Joel Hasse Ferreira** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Graça Proença de Carvalho, é com muito gosto que a saúdo e reconheço que a sua missão era um pouco ingrata.

O enquadramento que fez, na primeira parte da sua intervenção, parece-me absolutamente correcto e gostaria de sublinhar o honesto reconhecimento que fez do elevado investimento comparativo, nestes domínios, efectuado em Portugal desde 1995. Por isso mesmo, esse investimento não deve ser cortado.

Tem razão em apresentar o peso excessivo do Estado no investimento nesta área, e daí que queiramos facilitar condições às empresas, usando a fiscalidade como um instrumento político e não apenas como mera arrecadação de receitas, que parece ser a óptica predominante neste Governo mas que não será certamente a sua. A fiscalidade é um instrumento e este projecto não contraria em nada o PPCE.

Por tanto, interrogo-me: terá sido a influência do Dr. Guilherme Silva, líder com «mão de chumbo» envolvida em «casas de banana», que a faz manifestar reservas, desta forma, a este projecto? Pergunto-lhe sinceramente: o que haverá para alterar, o que haverá de inaceitável neste projecto? Se é para alterar, então, que baixe à comissão! Será aqui aprovado e depois discutiremos. Se é inaceitável, convém que nos digam em quê.

Por outro lado, ainda, não acha importante o entendimento de partidos que acreditam que as empresas são importantes para o progresso e para o desenvolvimento, apoiando medidas no sentido de estimular a competitividade?

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O **Orador:** — Este projecto vai nesse sentido!

Não acha que a competitividade se reforça com empresas tecnologicamente desenvolvidas e que apostem no desenvolvimento tecnológico e na inovação? Ou será o «longo braço» da Dr.<sup>a</sup> Ferreira Leite que influencia a sua voz e não sei se a sua consciência?

Sr.<sup>a</sup> Deputada, seria importante que o Grupo Parlamentar do PSD e, nomeadamente, os Deputados independentes que o integram, dessem uma oportunidade ao Partido Socialista, e não é tanto o Partido Socialista que nos interessa mas as empresas que é preciso apoiar para que se inovem, para que se desenvolvam tecnologicamente, para que também, dessa forma, o peso do Estado neste investimento, efectivamente, se reduza.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, concedo-lhe uma coisa, o porquê da sua estranheza em apresentarmos este projecto agora. Digo-lhe que é uma mania que temos o cumprimento do programa eleitoral. Enquanto outros rasgam e calcam com os pés os programas eleitorais, nós temos esta mania, este vício, e queremos cumprir o que estava no nosso programa eleitoral.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Só se for agora! É um vício recente!

O **Orador:** — Neste caso, o «punho» do PS exprime verdades como punhos; as «setas» do PSD são as «setas» da recessão», da ilusão e são da manipulação.

V. Ex.<sup>a</sup>, com o seu espírito independente, com a experiência profissional que tem e com a política que já lhe vem nos genes, certamente que concordará connosco em que este projecto é positivo, seria importante para a competitividade das empresas e será importante para o desenvolvimento tecnológico.

Era bom que raciocínios de tática política estreita da direcção do seu grupo parlamentar não viessem impedir a aprovação deste projecto, que é útil para o País.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Graça Proença de Carvalho.

A Sr.<sup>a</sup> **Graça Proença de Carvalho** (PSD): — Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira, agradeço-lhe a sua pergunta, mas não sei se quer ouvir a resposta.

O Sr. **Joel Hasse Ferreira** (PS): — Com todo o gosto!

A **Oradora:** — Antes de mais, gostava de dizer que também referi na minha intervenção que, realmente, esta iniciativa, no fundo, revela uma preocupação que existe no aumento que as empresas possam ter em termos de investimento em I&D. Não estou a refutar essa situação e também não estou a dizer que o investimento deva ser cortado, o que creio é que ele não deve ser alargado se, até à data, não tem conduzido a resultados, especialmente quando este foi um dos instrumentos criados, na altura, com a expectativa de gerar resultados no curto prazo. E o que é certo é que, embora as taxas de crescimento sejam significativas, os resultados são parcos.

Por outro lado, em relação à referência que fiz sobre o peso do Estado, penso que poderemos ver esta situação da seguinte maneira: é que o Estado investiu na inovação, e por isso é que o peso do Estado, em termos de financiamento, tem um peso significativo, mas não foi com este tipo de instrumentos que a iniciativa privada se sentiu atraída ou compelida a investir mais.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

A **Oradora:** — O Estado tem, pois, de promover medidas e políticas que façam com que as empresas tomem as suas próprias iniciativas. O que se passa é que as empresas com este tipo de iniciativa não foram compelidas a investir mais, porque senão teríamos hoje em dia um peso muito mais substancial a nível do investimento em I&D.

Aliás, este é um problema que não se passa só em Portugal, mas penso que em Portugal temos um peso excessivo, e não é por falta do Estado, porque até penso que o Estado fez aí um grande esforço.

Em relação às referências que fez sobre para onde é que eu pendo, sobre a independência, o que vem nos genes, etc., não gostaria de comentar esse tipo de questões, porque penso que são questões demagógicas que não me interessam.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

A **Oradora:** — Interessa-me que o investimento em I&D seja um factor muito importante para ganhos de competitividade e de produtividade deste País. Aliás, também

a União Europeia, ao definir estes objectivos, esteve correcta. Eventualmente, foi demasiado ambiciosa e alguns países não têm conseguido, até à data, implementar medidas de forma a que consigam obter estes resultados.

Portugal demonstra que fez um grande investimento, pelo menos em termos de benefícios fiscais, e os resultados, mesmo assim, ficam aquém das expectativas.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Feio.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, começaria por dizer que é positivo que se possa discutir neste Plenário a matéria em causa. Por isso mesmo, vemos como positiva a intervenção de natureza legislativa que estamos a discutir, e com isto não estou a dizer que nos baseamos nos mesmos pressupostos em relação às soluções.

Poderia ficar surpreendido com o aparecimento desta iniciativa, mas não fico, até porque tem aspectos com os quais o CDS e todas as bancadas estão de acordo, como, por exemplo, com a frase da exposição de motivos do projecto de lei de acordo com a qual a inovação tecnológica é a chave para o futuro das nossas empresas e para o sucesso económico do País. Concordamos com esse pressuposto!

Ninguém duvida que a capacidade de investigação científica e o desenvolvimento tecnológico das empresas é um factor decisivo para a sua afirmação enquanto estruturas competitivas. Não o dizemos apenas pelo produto, dizêmo-lo também pela necessidade de desenvolvimento quanto aos recursos humanos e com tudo o que os mesmos fundos poderão trazer para o futuro. Consideramos que promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico, facilitando o aprofundamento das relações entre o mundo da investigação e o tecido empresarial português, é um objectivo que todos partilhamos.

No plano da economia, basta ler as páginas 68 e seguintes do Programa do Governo para ver que essa é uma prioridade do actual Governo.

Mas será — e esta é uma questão que, desde logo, se deve colocar — que poderemos considerar satisfatórios os índices de investimentos em I&D empresarial em Portugal? Também me parece claro que não! É óbvio que não!

A simples comparação dos números leva-nos a essa conclusão: em Portugal, temos um peso aproximadamente de 0,7% do PIB contra uma média europeia que anda próxima dos 1,9%. Esses números demonstram que a situação portuguesa é, neste momento, insuficiente e que os esforços não bastam.

E será que a posição relativa do nosso país não é preocupante? Também me parece claro que é!

Deixem-me ainda dizer que, tendo sido positiva a modificação que tem sido feita quanto a estes números, nos últimos anos, também não poderemos considerar que estamos, propriamente, numa situação de paraíso. Ainda há muito a caminhar, ainda é preciso promover desenvolvimento.

Também é importante que se diga que o défice que existe em relação a esta matéria não é atribuível, em exclusivo, aos níveis de investimento em I&D. Mais do que os níveis de investimento é a ineficácia desse mesmo investimento que é preciso modificar.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

O Oradora: — Senão, vejamos: houve, de facto, uma evolução, que entre 1995 e 2000 andou aproximadamente nos 10%, mas também é claro que os resultados que temos ficam aquém daquilo que poderíamos esperar.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, toda e qualquer medida que seja susceptível de incrementar a eficiência do investimento na investigação e desenvolvimento como na inovação tecnológica merece o nosso apoio. No entanto, não se pode esquecer, desde logo, que o actual Governo já deu importantes passos em relação a esta matéria. E, para quem não se recorde, pense-se no Programa para a Produtividade e Crescimento da Economia, que contempla um conjunto de medidas que são dirigidas à criação das condições propícias à consolidação, crescimento e desenvolvimento das empresas estabelecidas em Portugal e ao consequente aumento da sua competitividade. Pense-se também no apoio à inovação, investigação e desenvolvimento aplicados, factor crucial de construção de um novo modelo de desenvolvimento. Neste sentido, aparece e foi criado o Programa Ideia, para estimular a cooperação entre empresas e centros de investigação.

Também se deve recordar o Programa NEST, destinado a apoiar a criação de novas empresas de base tecnológica, bem como o seu arranque, sustentação e desenvolvimento. Pense-se também no incentivo à inserção de recursos humanos altamente qualificados, nomeadamente através do relançamento do programa de apoio à intervenção de mestres e doutores nas empresas. Pense-se na reorganização estratégica da Agência de Inovação, no lançamento de um programa de promoção de candidaturas nacionais ao VI Programa-Quadro de Investigação. Desenvolvimento Tecnológico e Demonstração — e pense-se que o V Quadro não foi propriamente um exemplo de boa aplicação. Pense-se também no novo programa de apoio à investigação em consórcio, entre empresas e instituições de I&D, que teve, no seu primeiro concurso, uma procura muito superior ao que era habitual no passado.

Deve ainda referir-se a aprovação do Decreto-Lei n.º 319/2002, de 28 de Dezembro, que operou uma profunda revisão no regime jurídico das sociedades e fundos de capital de risco, aliás um dos problemas salientado pelo PS na exposição de motivos do seu diploma. Pense-se também — e poderia dar muitos outros exemplos a nível da inovação tecnológica — na questão do Código da Propriedade Industrial e da autorização que aqui foi concedida nesta Assembleia em relação a essa matéria. Será que a matéria fiscal é aquela que necessita de mais modificações? Será que é na matéria fiscal que estamos a alcançar o nosso objectivo? Será que não há já um conjunto de instrumentos com vista precisamente a esta finalidade? Será que se esquecem, por exemplo, que na Lei do Orçamento do Estado para 2003 está previsto um regime de reserva fiscal para o investimento, que permitirá a possibilidade de tal regime ser aplicado aos investimentos realizados em I&D? Em que medida é que consideram — ou será que se esquecem — que essa reserva fiscal pode atingir muitos dos objectivos que vêm precisamente aqui propor?

Não esqueço, obviamente, que houve evoluções. Não esqueço também que o caminho é um caminho importante e que temos de conseguir sair do mesmo vitoriosos, mas considero que os próximos anos serão decisivos para a inovação tecnológica em Portugal. Desde logo, por dois tipos de razões: em primeiro lugar, porque, a partir de

agora, começará a ser lançada no mercado a maioria dos resultados dos projectos de I&D tecnológico, que nos últimos anos foram sendo construídos e que pode até constituir um grande estímulo para que novas empresas também comecem a participar neste campo do mercado; em segundo lugar, porque começar-se-ão a ver as políticas que têm sido tomadas em relação a esta matéria, porque as raízes não se tornam, com toda a certeza, em flor ou em planta de um dia para o outro. E é isso que é importante que se tenha em atenção.

Também deve atender-se ao facto de haver uma taxa de crescimento dos recursos humanos e o alargamento do número de empresas que tratam desta matéria de I&D.

É fundamental que se faça uma opção por aquilo que mais nos interessa e que interessa especialmente a uma bancada como a minha — o investimento dos privados. A opção não é propriamente — e já foi há pouco demonstrado pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Graça Proença de Carvalho — a do investimento público puro e simples; tem de se determinar bem quais são as prioridades, tem de se determinar que é necessário um conjunto de reformas que passam, desde logo, pela área da educação e que são fundamentais para que também neste campo tenhamos evolução.

Tendo em atenção tudo isso e tendo em atenção uma situação que vivemos em concreto, tendo em atenção que não se pode estar a antecipar aquilo que vão ser as determinações do Orçamento do Estado para 2004, não me parece que o instrumento que aqui nos vêm apresentar seja o mais correcto, tendo em atenção o objectivo, que me parece ser um objectivo comum.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Caros Colegas, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Existe neste momento já um quadro legal que estabelece um conjunto de incentivos fiscais às empresas com uma componente significativa do seu investimento na área da investigação e da inovação tecnológica. Esse quadro legal, convém recordar, foi estabelecido em 1997, através do Decreto-Lei n.º 292/97, tendo sido a sua aplicação e o seu âmbito posteriormente alargada em 2001, através do Decreto-Lei n.º 197/2001, de 29 de Junho.

O projecto de lei que o PS apresenta pretende, de novo, vir a alargar o regime de benefícios fiscais às empresas com investimentos na área da investigação científica e tecnológica e que apostam na inovação. Em abono desta iniciativa, o PS invoca, por um lado, o significativo acréscimo global deste tipo de investimento, e diz — e é verdade — que foi, em termos médios, de cerca de 18% no período entre 1995 e 2001; por outro lado, ao apresentar esta iniciativa, o PS invoca a constatação das insuficiências das apostas em alguns dos indicadores que mais habitualmente são utilizados para aferir e avaliar a situação no campo da investigação e da inovação tecnológica. Estariam, neste caso, os indicadores relativos ao registo de novas patentes e de valorização prática da investigação e de capital de risco, cujos valores continuam a ser, em Portugal, manifestamente insuficientes, e que, por via desta iniciativa legislativa, o PS pretenderia directamente corrigir.

Para tal, propõe o PS não só o alargamento do leque das despesas que podem ser consideradas para efeitos de

benefício fiscal, como investimento empresarial dirigido à investigação e à inovação tecnológica (por exemplo, alargando ao *design*, ao *marketing*, à construção de protótipos e patentes, entre outros exemplos), como também o alargamento do valor das deduções de que são alvo essas despesas, cujas taxas-base importa sublinhar e recordar neste momento: tinham sido de 8%, em 1997, tinham passado para 20% em 2001 e agora propõe-se que passem para 25%.

Além disso, o presente projecto de lei introduz a possibilidade de as empresas poderem vir a beneficiar da redução das taxas em sede de IRC até um máximo acumulável de 10 pontos percentuais. Metade desta taxa de IRC estaria disponível para as empresas em função do número de novas patentes até um máximo de 10 novos registos concedidos, ficando a outra metade da redução possível para a taxa de IRC dependente do facto de as empresas apresentarem ou não percentagens de investimento global em investigação significativamente superiores aos valores médios verificados nos respectivos sectores de actividade.

Esta iniciativa do PS, convém sublinhar, parte, fundamentalmente, da constatação de uma realidade insuficiente no que respeita às consequências práticas, no contexto da economia real, dos incentivos fiscais que nos últimos anos têm sido concedidos e posteriormente alargados às empresas com investimentos na investigação. Teria sido por isso, talvez, relevante e interessante, para além da comprovação dos acréscimos globais de investimentos realizados pelas empresas em I&D — facto que, naturalmente, se regista como positivo e essencial ao desenvolvimento do País —, verificar as razões pelas quais tais acréscimos não tiveram uma tradução prática significativa em novas realizações tecnológicas, ao nível da sua utilização na economia real, ao nível da sua utilização pela sociedade em geral.

E, a propósito disto, não parece credível que as razões para tais insuficiências sejam apenas e exclusivamente consequência da inexistência de incentivos fiscais directamente aplicáveis nessa componente do processo tecnológico. Neste contexto, teria sido interessante e relevante para esta discussão que esta análise tivesse sido feita pelos autores do projecto, mas, apesar da sua ausência, que registamos, é relevante que essa análise possa ser traduzida nas soluções finais legislativas que venham a ser aprovadas em sede de especialidade.

Noutro contexto e noutro plano, permitam-me, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, adiantar ser notório, no actual contexto político, que, de uma forma evidente, ou desaparece ou diminui significativamente a sustentação política à investigação e à inovação e que começam a tornar-se visíveis as consequências directas, e porventura indirectas, de opções governamentais pelo desinvestimento público, por exemplo na formação pós-universitária ou na investigação tecnológica de génese pública. Apostar na formação de recursos, na criação de centros de inteligência, na captação e fixação de investigadores e cérebros da área científica e da área tecnológica são opções fundamentais para um país e que o actual Governo parece não considerar como absolutamente relevantes, não sendo por isso de estranhar, designadamente, a existência de algumas notícias que dão nota concreta da quebra ou do incumprimento de algumas parcerias e compromissos público/privados, quer internos, quer externos, e cujas consequências para o País obviamente me dispensam de relevar pelas manifestas consequências negativas que certamente acarretam.

Neste contexto, não se estranha que aquilo que é amplamente reconhecido como um objectivo a prazo da União Europeia — o de aproximar dos 3% do PIB da Comunidade o investimento global, público e privado afecto à investigação e inovação tecnológicas — esteja cada vez mais longe ou bastante longe de ser atingido em Portugal, onde se continua a não chegar aos 0,8% do PIB para o investimento em investigação e desenvolvimento.

Julgamos, por isso, que os benefícios fiscais que agora são propostos podem e devem ser utilizados para apoiar aquilo que é uma área fundamental para a qualificação de recursos, para o desenvolvimento tecnológico e para a sustentação da competitividade da economia em Portugal. Mas resulta daquilo que acabo de dizer que tais benefícios fiscais, mesmo nesta área, deverão sempre ser contidos e deverão, sobretudo, ser acompanhados de uma avaliação ponderada e rigorosa das suas consequências específicas, designadamente através de uma avaliação da concretização dos objectivos para os quais foram ou são estabelecidos. É, portanto, estritamente neste quadro e neste contexto político que o PCP se disponibiliza para contribuir, analisar e, naturalmente, para viabilizar em sede de especialidade o projecto de lei que está em análise.

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Leonor Belez): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Castro** (Os Verdes): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, estamos hoje a discutir um projecto de lei apresentado pelo PS, que nos remete para a questão da utilização do instrumento dos incentivos fiscais para alargar investimento em matéria de I&D.

Penso que, em primeiro lugar, é importante situar a actualidade política desta discussão, tendo em conta que estamos numa situação particularmente delicada da nossa economia. Uma situação em que os impactos resultantes, por um lado, da mundialização da economia e, por outro, do alargamento a Leste, nos colocam pela frente ou nos desafiam de uma forma particularmente exigente em matéria de fazer da inovação e da investigação um dos elementos e uma chave daquilo que tem de ser, por um lado, o desenvolvimento ecologicamente equilibrado do País, mas também a sobrevivência das empresas do ponto de vista económico, bem como as consequências sociais e ambientais.

Por conseguinte, neste contexto, em que a inovação é uma questão-chave da sobrevivência da nossa economia — naturalmente, com os subsistemas que lhe estão associados em matéria de investigação, em matéria de educação e em matéria de formação —, parece-nos da maior importância fazer do instrumento fiscal um elemento de estímulo às empresas para a aposta na inovação.

E parece-nos da maior importância desde logo por aquilo que me pareceu ser um argumento do Partido Social Democrata para tentar pôr em causa esta iniciativa. É que esta iniciativa surge no momento concreto em que há um desinvestimento, do nosso ponto de vista numa perspectiva paroquial e curta, por parte do actual Governo numa área que não pode ser considerada um luxo e que é vital para a nossa sobrevivência.

O nosso investimento em I&D é a chave, é a nossa bóia de salvação. Não é um custo, é um investimento, e é bom que se perceba que assim é.

É bom, aliás, que se percebam as razões e o contexto particularmente exigente em que esta discussão é feita. Seria de esperar que a aposta nos recursos humanos na inovação fosse compreendida pela actual maioria como uma questão prioritária, mas, ao invés, esta discussão é feita no momento em que vemos, por exemplo, o INETI a perder autonomia financeira ou, dito de outro modo, a perder parcerias que são da maior importância no plano internacional. É, portanto, extremamente grave aquilo que está a acontecer, sem que a maioria tenha a noção das consequências sérias que daqui podem resultar.

Ao contrário dos outros países da Europa, em termos comparativos de PIB investido em I&D, no nosso país não há uma tradição de cultura de investigação e de inovação das empresas — e julgo ser importante referir que estamos a falar de microeconomia, porque, em termos de macroeconomia, as grandes empresas, por razões óbvias, estão elas mesmas tradicionalmente a par da investigação, da renovação tecnológica e da inovação. Em termos de tecido empresarial português, para empresas que não têm informação, para empresas que tradicionalmente não têm uma cultura de investigação e de inovação, percebe-se a importância deste instrumento fiscal.

Em todo o caso, gostaria de dizer que, embora apoiando o projecto de lei do Partido Socialista, parece-nos que outros elementos deveriam completar esta iniciativa, que, naturalmente, devem ser vistos em sede de especialidade.

Há dois elementos positivos neste diploma. Refiro-me às patentes, que é um dos problemas nacionais (as nossas patentes não são registadas), sendo também relevante que se fale no *design*, nomeadamente no *ecodesign*, que é hoje da maior importância do ponto de vista ambiental para as empresas, bem como para a exportação e manutenção de alguns mercados extremamente exigentes.

Parece-nos, em todo o caso, que é importante que aos incentivos fiscais se junte uma coisa que não constitui prática em Portugal em nenhum domínio, que é uma rotina de avaliação. A rotina de avaliação é, ela própria, um factor de responsabilização, mas é também um factor de análise e de correcção de situações, que no futuro eventualmente se justificará, até, aprofundar.

Por conseguinte, gostaria de dizer que para nós este diploma é um passo positivo, que tem a ver com a sustentabilidade do desenvolvimento e com o estímulo que urge criar nas empresas, que, naturalmente, têm de ser apoiadas pelos laboratórios de investigação públicos. Parece-nos que só nessa perspectiva é que conseguiremos dar o salto, fazer a modernização e vencer barreiras, não só económicas, mas também culturais, daquilo que é, na generalidade dos casos, o tecido empresarial português. Essas barreiras, essa investigação e essa mudança, para a qual o Conselho Económico e Social vem chamando a atenção, passam por aqui e não dispensam o recurso aos incentivos fiscais, instrumento que deve ser parte integrante de políticas de estímulo à investigação, à modernização e à transformação aos mais variados níveis.

**Vozes de Os Verdes: — Muito bem!**

*Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente, Mota Amaral.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.



O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Havendo um quase aparente consenso nacional no sentido de que é necessário mudar o modelo económico, iniciativas como esta trazem-nos para o âmago desse problema. Aparentemente, todos concordamos que precisamos de um modelo económico qualificante, que não devemos depender mais de produções incentivadas, de mão-de-obra barata, de fortíssimos custos ambientais e de baixíssimas qualificações.

Quer-se aqui prezar e desenvolver a inovação, a visão larga de novas estratégias de gestão, de gestão de produto, de investigação e de desenvolvimento. A estes títulos, a iniciativa do Partido Socialista é extremamente positiva, devendo ser considerada. Mas não deverá ser considerada apenas como uma oposição excludente em relação a outros programas — há programas de apoio do Estado, da União Europeia, intercâmbios com universidades. Os incentivos fiscais não são opostos nem se excluem em relação a outro tipo de incentivos para a investigação, desenvolvimento e melhoria das empresas que apostam na inovação, na incorporação de novas tecnologias e no registo de novas patentes. Portanto, as coisas não estão opostas entre si, não são antagónicas, elas complementam-se para essa mudança de modelo económico.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — Mas o que aqui está verdadeiramente em causa é que da parte dos partidos da maioria há uma certa subestimação destes incentivos fiscais, não por razões que tenham a ver com a eficiência destes incentivos fiscais, mas por aquilo que é uma certa marca de «rudeza» fiscal, porque há a obsessão do défice, e o valor destes incentivos fiscais, que quase seria simbólico, causa alergia no Terreiro do Paço, no Ministério das Finanças. Essa é a verdadeira razão porque há, da parte dos partidos da maioria, uma «cegueira de bota abaixo» em relação a este tipo de iniciativas.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — Quero dizer que, da parte do Bloco de Esquerda, que apoiará sem reservas esta iniciativa do Partido Socialista, também não há um entusiasmo por aí além em relação a estes incentivos fiscais. cremos que eles valem mais pelo seu valor cultural, pela chamada de atenção que têm no mundo empresarial e pela forma como chamam a atenção de todos os gestores e de todos aqueles que estão envolvidos na economia real do que pela sua consequência directa do ponto de vista de reservas fiscais várias.

Não direi exactamente como o Sr. Presidente da República, mas quase: sempre que se quer fazer alguma coisa só se houve falar em baixar o IRC, mas, afinal de contas, quase ninguém paga IRC!

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — E a ingenuidade não será tanta de julgar que as empresas que fogem ao pagamento de IRC, ou outras, que têm excesso de planeamento fiscal, serão todas aquelas empresas obscurantistas, sem gestão, piratas. Enfim, há boas empresas do ponto de vista de desenvolvimento de equipamentos, de incorporação de tecnologias que são também contribuintes relapsos, e talvez isso às vezes

ajude a explicar um pouco alguns graus de eficiência fiscal em relação a este tipo de mecanismos.

Mas não sendo nós propriamente uns entusiastas de que com este instrumento se conseguirá fazer uma reviravolta extraordinária, cremos, e a vários títulos, que esta iniciativa do Partido Socialista é de anotar, tem mérito e é, sobretudo, um incentivo e um chamamento a uma outra cultura empresarial e a uma outra cultura de que Portugal precisa para mudar o seu modelo económico. E que bem faria à direita não excluir liminarmente e muito menos colocar posições antagonistas entre mecanismos de incentivo diversos que nada têm de antagonistas, todos eles têm de complementares.

Vozes do BE e do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Cabrita.

O Sr. Eduardo Cabrita (PS): — Sr. Presidente e Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A política fiscal não tem por finalidade única a arrecadação de receitas, serve igualmente objectivos de promoção da equidade e de desenvolvimento de estratégias de promoção da competitividade.

O Partido Socialista, em matéria de tributação das empresas, tem um percurso coerente, que alia a gradual redução da taxa de IRC a estímulos a sectores que funcionem como alavanca para a qualificação dos portugueses e para a modernização do tecido económico.

O PS, no Governo, não prometeu choques fiscais nem apresentava programas trimestrais de *marketing* para empresários, mas, então, a taxa de IRC baixou de 36% para 30%.

O Sr. António Costa (PS): — Essa é que é essa!

O Orador: — A política científica e a intensidade do investimento em investigação e desenvolvimento constituem indicadores da capacidade de inovação de um país e do potencial de modernização da economia.

O PS tem particular orgulho na revolução tranquila que representou, entre 1995 e 2001, o aumento em mais 100% da despesa total em investigação e desenvolvimento, a quase duplicação do número de investigadores e a crescente ligação entre as universidades e o tecido empresarial.

O projecto de lei em discussão valoriza, actualiza e alarga o regime de incentivos fiscais às despesas em I&D, permitindo a dedução alargada em IRC de despesas com a inovação tecnológica.

Este compromisso de estímulo fiscal à competitividade das empresas visa aumentar, como foi reconhecido ser necessário pela maioria, a participação do sector privado na investigação tecnológica e promover a ligação ao mercado, amadurecendo um processo desenvolvido ao longo dos últimos anos.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — Aliás, a despesa em I&D das empresas representa já um terço da despesa total. Era de menos de 20% em 1995 e passou de 19 milhões de contos em 1995 para 66 milhões em 2001.

Vozes do PS: — Muito bem!

**O Orador:** — Mas é na actual conjuntura, marcada pelo pessimismo económico a um nível desconhecido desde 1993, que é decisivo estimular as empresas, tal como sucede nos países mais desenvolvidos, para que tenham um papel central no esforço de inovação tecnológica.

Estas medidas constavam já do nosso programa eleitoral. É verdade! Pretendemos agora concretizá-las, com vantagens para a competitividade das empresas e a qualificação dos investigadores. A recessão económica do último ano torna-as ainda mais necessárias.

O projecto do PS valoriza o esforço de I&D já realizado e cria um prémio fiscal à inovação; a dedução de despesas em IRC é aumentada de 20% para 25% e novas modalidades de despesa passam a ser consideradas, tais como o registo e manutenção de patentes no estrangeiro, o *design*, a construção e certificação de protótipos e pré-séries e a participação no capital de empresas para valorizar o esforço de I&D; são especialmente majorados os custos com as patentes e com as novas contratações de pessoal de investigação e desenvolvimento.

Mas se aqui aprofundamos, é totalmente inovadora a criação de um prémio fiscal à inovação. Esse prémio permitirá reduzir até 10% a taxa de IRC aplicável às empresas que concedam prioridade à inovação tecnológica.

Propõe também o nosso diploma estimular o registo de novas patentes, de forma a permitir a maximização no mercado da actividade criativa, com uma redução em 0,5% da taxa do IRC por cada nova patente até ao máximo de 10. É indispensável elevar o nível de patenteação, sobretudo a patenteação internacional nos centros de registos americano, europeu e japonês, onde a presença das empresas portuguesas tem de ser apoiada.

Em segundo lugar, são igualmente premiadas as empresas que sejam *benchmarking* em matéria de inovação com uma intensidade de realização de despesas em I&D superior à média do sector. Por cada 5% de intensidade superior à média de I&D do sector em que se integram é concedida uma redução de 0,5% na taxa de IRC aplicável até ao limite máximo de 5%.

Acreditamos que este prémio fiscal à inovação, que permitirá reduzir até 20% a taxa de IRC aplicável às empresas mais inovadoras, constituirá um forte estímulo à qualificação dos recursos humanos e à competitividade, rasgando as brumas da recessão em que o Governo está a mergulhar Portugal.

Os benefícios fiscais devem ser excepcionais e selectivos, promovendo o desenvolvimento de empresas competitivas.

A política fiscal não pode ignorar a fraude fiscal e premiar os incumpridores com preocupações contabilísticas de curtíssimo prazo.

Não é sério nem motivador da actividade económica anunciar reduções de impostos em campanha eleitoral e aumentar os impostos a seguir.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O que esperamos aqui hoje é que a maioria, que manifestou concordância com os fundamentos e adesão aos objectivos, tenha a honestidade e a abertura de viabilizar este projecto de lei, melhorando-o, no sentido que entender, no trabalho na especialidade.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Nós temos a certeza de que o projecto de lei que apresentamos concentra benefícios fiscais nos sectores verdadeiramente inovadores, com um efeito multiplicador da actividade económica e de estímulo à qualificação e à criatividade, para que não se perca a notável evolução dos últimos anos e para que a investigação científica, ao serviço da qualidade de vida dos portugueses, seja um factor de orgulho e de esperança nestes tempos em que o Governo parece querer mergulhar Portugal na depressão e os portugueses numa crise de auto-estima colectiva.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Costa.

**O Sr. António Costa (PS):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Creio que este debate suscita uma questão política de fundo que deveria merecer reflexão por parte da maioria.

A maioria tem insistido — e bem — que, perante a actual crise económica, o que é essencial é o relançamento da economia, e tem insistido, num debate que se prologa desde a campanha eleitoral, em que considera essencial o choque fiscal, mas que, neste momento, não existe condições para o aplicar.

Durante a campanha eleitoral, dissemos, a propósito do choque fiscal, que uma redução generalizada da taxa de IRC de 30% para 20%, não era sustentável nem adequada e que o que era necessário era aprofundar o desagravamento fiscal específico relativamente a certo tipo de investimentos — investimentos na qualificação ambiental, investimentos na qualificação dos recursos humanos e investimentos na qualificação tecnológica e na inovação.

Ainda ontem o Sr. Presidente da República, na entrevista que deu ao *Diário Económico*, sublinhou que mais importante do que choques fiscais em geral era haver desagravamentos fiscais específicos que estimulassem certo tipo de investimentos das empresas.

E o que temos constatado ao longo destes meses é que o pacote que o Partido Socialista apresentou em torno do tema da competitividade tem tido a seguinte reacção por parte da maioria: em matéria de formação profissional, a maioria decidiu chumbar o nosso diploma, porque entendeu que a formação profissional não é um requisito fundamental para o reforço da nossa competitividade; em matéria de estímulos à inovação e ao investimento em tecnologia por parte das empresas, a maioria não disse ainda o que pretende fazer, mas podemos subentender, pelo tom envergonhado da Sr.<sup>a</sup> Deputada Graça Proença de Carvalho, que é evidente que a maioria se prepara também para chumbar esta iniciativa; no que toca à reforma da Administração Pública, a maioria lá condescendeu em deixar baixar à Comissão o nosso projecto de lei n.º 177/IX — Lei de Bases da Reforma do Serviço Público de Registo e Notariado, mas, ainda hoje, assistimos, num debate que decorreu durante toda a manhã, promovido pelo fórum da competitividade, que a maioria pretende manter «enterrado» na Comissão o projecto de lei do PS e aprovar a proposta de lei, não obstante a crítica universal de todos os sectores empresariais e de todas as confederações e associações patronais à proposta de lei e o apoio universal que dão ao projecto de lei apresentado pelo Partido Socialista.

Esta matéria é, aliás, tanto mais extraordinária, quanto todos se recordam — e os Srs. Deputados da maioria, por

maioria de razão, deveriam recordar-se — do notável discurso que aqui produziu, quando da discussão do pacote laboral, o Sr. Deputado Dias Loureiro, que, apoiando, como é natural, o pacote laboral apresentado pelo Governo, sublinhou aquilo que todos sabemos, ou seja, que nada da legislação laboral é decisivo e determinante para o aumento da competitividade da nossa economia e da produtividade das empresas. E chamou expressamente a atenção que o que é decisivo neste domínio é a qualificação tecnológica e o investimento em inovação por parte das empresas. E eu, sabendo que ele tem a consciência e a percepção disto, gostaria de saber o que é que ele dirá amanhã quando aqui, por disciplina de voto, vier votar contra este projecto de lei apresentado pelo PS.

Acho que a maioria vai por um mau caminho ao «chumbar» tudo aquilo que é apresentado pelo PS, apenas porque é apresentado pelo PS. Existirão, com certeza, muitos projectos de lei onde encontrarão razões para os criticar e «chumbar»; agora, em relação a este não produziram uma única crítica.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Graça Proença de Carvalho, eleita, aliás, como eu, pelo Círculo Eleitoral de Leiria, não desconhece, certamente, o que é que os empresários do distrito de Leiria, por exemplo, que é uma das zonas industriais mais dinâmicas do País, pensam sobre os estímulos à inovação e desenvolvimento que estão em vigor.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada diz: «Estes estímulos ainda não produziram resultados, portanto, não vale a pena aprofundá-los e alargá-los». Não! Vale a pena aprofundá-los e alargá-los de modo a que eles produzam mais resultados do que aqueles que já produziram. Aliás, o Sr. Deputado Eduardo Cabrita sublinhou que, mal ou bem, em quatro anos, triplicou o investimento empresarial em investigação e desenvolvimento. Dir-me-á: «É pouco»! Não estão satisfeitos?! Nós também não! Se estivéssemos satisfeitos, não propúnhamos melhorar o regime.

Propomos melhorar o regime, porque achamos que este instrumento, que já deu bons resultados, pode dar melhores resultados e que vale a pena apostar nisso.

A Sr.<sup>a</sup> Elisa Guimarães Ferreira (PS): — Muito bem!

O Orador: — Portanto, não existe qualquer razão de fundo, pelo contrário, para que este projecto de lei seja rejeitado. Este projecto de lei pode ser um bom contributo para o aumento do investimento empresarial em investigação e desenvolvimento.

Estamos de acordo consigo quando diz que é importante que o Estado tenha capacidade de sustentar, o que não tem tido, infelizmente, com os cortes orçamentais introduzidos pelo Ministério das Finanças, o investimento nas políticas públicas de ciência. É importante sustentar isso, mas todos temos consciência de que não estamos em fase em que seja possível aumentar a despesa pública, nem sequer neste domínio, e, portanto, é ainda mais necessário estimular o investimento privado neste domínio.

É extraordinário como os senhores, que tanto estimulam o incentivo fiscal para tantas matérias, como aconteceu no último Orçamento do Estado com a importação de automóveis antigos, hoje, quando se trata de investimentos efectivamente relevantes, como os que estão abrangidos no âmbito deste projecto de lei, não contribuem para a sua aprovação.

Todos sabemos que o País tem um enorme défice de patenteamento. O Código da Propriedade Industrial, que

já foi aprovado nesta Legislatura e que foi concluído pelo governo anterior, resolve problemas administrativos e de tutela jurídica da propriedade industrial, mas não é isto que estimula a investigação, que, depois, será registada como patente. A patente é simplesmente o resultado dessa investigação, que implica investimento, e é esse investimento que devemos estimular.

Espero que, nas próximas 24 horas, a maioria reflita e não «chumbe» este contributo, que pode ser decisivo, para a melhoria da competitividade da nossa economia e da produtividade das nossas empresas.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Depois desta chamada de atenção do Sr. Deputado António Costa entrei em reflexão, mas não será por 24 horas, será por muito menos tempo.

O Sr. António Costa (PS): — Ah!... Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> Celeste Correia (PS): — Vai dizer já?!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Se há matéria ou área em que o Partido Socialista não deveria falar de coerência é em matéria fiscal. Os Srs. Deputados do Partido Socialista, certamente, concordarão comigo.

Vozes do PS: — Não! Não!

A Sr.<sup>a</sup> Celeste Correia (PS): — Vai dizer já?!

O Orador: — VV. Ex.<sup>as</sup>, certamente, concordarão comigo, nomeadamente o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira, que andou comigo, ao longo das últimas legislaturas, a tratar destas matérias de fiscalidade. E digo que o PS não deve falar de coerência por duas razões óbvias: uma, foi aquela coisa que foi aprovada e apelidada de reforma fiscal, que teve avanços e recuos permanentes, mas que, a certa altura, parece que recuou definitivamente. Portanto, quanto a coerência, é bom que nos lembremos do que se passou com a chamada reforma fiscal.

A outra razão, esta muito mais grave, tem a ver com aquilo que hoje aqui se discute, que é a matéria dos incentivos e dos benefícios fiscais. Não sou só eu que digo, são todos os especialistas em fiscalidade, que, se houve matéria em que o Partido Socialista deixou a legislação numa verdadeira manta de retalhos, foi na dos incentivos e dos benefícios fiscais. Ainda hoje não há ninguém que entenda aquilo que foi feito, durante todos esses anos, em matéria de incentivos e benefícios fiscais.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Nem os socialistas!

O Orador: — As alterações permanentes eram de tal ordem que chegou a uma altura em que ninguém sabia onde é que andávamos nessa matéria.

Foi aqui dito que o projecto de lei que o Partido Socialista hoje aqui apresenta resulta de uma promessa eleitoral. Ora, nós lamentamos que o Partido Socialista não te-

nha, ele próprio, implementado estas medidas fiscais, porque a maioria está descansada quanto a esta matéria.

#### *Protestos do PS.*

Está perfeitamente descansada quanto à matéria dos incentivos fiscais! É que está a ser posto em prática um programa para a produtividade e crescimento da economia, que toca esta matéria dos incentivos fiscais às empresas e toda a matéria de apoio às empresas. E, como devem calcular, o Orçamento do Estado foi aprovado recentemente e o próximo, em princípio, só será o de 2004.

O Sr. António Costa (PS): — Haver vamos!

O Orador: — Portanto, quando o Partido Socialista vem com um projecto de lei que está completamente desinserido da coerência do sistema de incentivos fiscais já implementado, o que quer fazer — e, já agora, Srs. Deputados do PS, isto podem ouvir — é o mesmo que sempre fez quando era governo. É que, em matéria de benefícios fiscais, o que sempre aconteceu foi dispersar ao máximo os benefícios e os incentivos fiscais e não criar qualquer sistema coerente de benefícios e incentivos fiscais.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Ora, se querem continuar a fazer isso, nós, naturalmente, não o podemos aceitar. A maioria não pode aceitar que se continue a querer jogar exclusivamente na dispersão, independentemente do mérito de uma ou outra medida que consta deste projecto de lei, para que continue tudo na mesma, em que ninguém se entende no sistema. Pode dizer-se: mas isto seria muito bom para a inovação...! Mas, se o próprio sistema não é coerente, que benefício é que as empresas iriam ter com esse sistema?!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

#### *Protestos do PS.*

O Orador: — Portanto, para nós, o Partido Socialista teve o seu tempo para ser coerente, mas, do nosso ponto de vista, foi completamente incoerente em matéria fiscal; nós temos agora o nosso tempo para governar de acordo com os programas que existem, os quais têm já matéria coerente de incentivos às empresas, nomeadamente na área fiscal, que nos permite dizer, sem reflectir 24 horas, que não estamos de acordo e não vamos aprovar o projecto de lei do Partido Socialista.

#### *Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Feio.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Ouvi com atenção a intervenção do Sr. Deputado António Costa, que fez uma espécie de síntese do debate, obviamente em nome do Partido Socialista e, com certeza, com o apoio da sua bancada, e até entrou em temas mais amplos, como a questão do modelo económico. Disse o Sr. Deputado — e bem — que o

modelo económico não se pode apoiar no crescimento da despesa pública. Seja bem-vindo!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Tivesse governado assim...!

O Orador: — Foi bom ouvi-lo dizer isso.

Mas também fez uma referência ao objectivo que aqui estivemos a discutir e com o qual a bancada que aqui represento concorda,...

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... mas permita-nos, Sr. Deputado António Costa, que queiramos optar por outros caminhos. E, portanto, é esta basicamente a questão.

Se posso concordar que é importante que exista um esquema de natureza legislativa em relação a esta matéria, que é importante que exista um diploma como o Decreto-Lei n.º 197/2001, de 29 de Junho, já não posso concordar que se esteja desde já a estabelecer um determinado quadro de natureza fiscal, quando, no fim do ano, vamos discutir o Orçamento para o próximo ano.

Os senhores perderam uma oportunidade, desde logo, no Orçamento de 2003, para apresentarem esta matéria.

#### *Protestos do PS.*

Como sabem, estamos perante uma matéria de benefícios fiscais que tem óbvia importância naquilo que são as determinações de natureza geral,...

Vozes do PS: — Exactamente!

O Orador: — ... e, portanto, com a aplicação que prevêem para o dia 1 de Janeiro de 2004, estariam, desde já, a condicionar, como deve compreender, um determinado Orçamento que irá ser apresentado.

Desde logo, o que é importante, neste momento, é haver políticas, que o Sr. Deputado António Costa não referiu, que já têm sido determinadas pelo Sr. Ministro da Economia...

#### *Protestos do PS.*

Falo-lhe do Programa NEST — Novas Empresas de Suporte Tecnológico, do Programa IDEIA — Investigação e Desenvolvimento Empresarial Aplicado;...

#### *Protestos do PS.*

... falo-lhe, por exemplo, de algo que se esqueceu: o combate à burocracia, o facilitar a formação de empresas. Tudo isto constituiu, com toda a certeza, instrumentos importantes e bons contributos para aquilo que nós, realmente, queremos.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E aquilo que queremos é que a nossa economia cresça, que haja cada vez mais investimento privado nesta matéria.

#### *Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

#### *Protestos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o debate, na generalidade, do projecto de lei n.º 179/IX, do PS.

Vamos, agora, passar à discussão do projecto de resolução n.º 126/IX — Estatuto do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa (Presidente da AR).

Para uma intervenção, na qualidade de relatora da Comissão de Assuntos Europeus e Política Externa, tem a palavra a Sr.ª Deputada Teresa Patrício Gouveia.

A Sr.ª **Teresa Patrício Gouveia** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: A Assembleia da República vem, hoje, discutir e votar o Estatuto do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa, aprovado em Novembro de 2002, pelos respectivos presidentes.

O Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa foi criado em 1998, subscrito pelos sete países, que, então, constituíam a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Embora a CPLP não tenha como objectivo a cooperação parlamentar, ela está prevista nos seus Estatutos e os sete Estados (hoje, oito), por iniciativa própria, têm desenvolvido esta cooperação, e, neste momento, dá-se mais um passo para a sua consolidação.

O Estatuto do Fórum prevê, como objectivos, a contribuição para a paz e fortalecimento da democracia em instituições representativas, a promoção e defesa dos direitos humanos, a harmonização de interesses e a concertação de posições noutros *fora* parlamentares, e a promoção da harmonização legislativa. O Fórum tem, como órgãos, o Presidente do Fórum, a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos e a Assembleia Interparlamentar.

Neste momento, Srs. Deputados, trata-se de procedermos à ratificação, ou não, deste Estatuto e não de lhe introduzirmos quaisquer alterações. O Estatuto aponta para um desígnio de cooperação parlamentar elevado, podendo constituir importante avanço na história das relações parlamentares de todos os países envolvidos, bem como um aprofundamento das relações entre os respectivos povos. O PSD julga, assim, que ele deverá ser aprovado pela Assembleia da República.

Dito, isto, faria dois tipos de comentários, sendo o primeiro relativo à redacção do texto — para que conste e, eventualmente, seja levado em conta numa futura revisão destes Estatutos —, e diz respeito aos considerandos.

Neste diploma, os considerandos são uma referência aos fundamentos políticos, históricos e culturais desta Comunidade. E entendo que, certamente para Portugal, mas provavelmente também para os restantes países, o sentido dessa história comum não se esgota na fórmula usada para o primeiro desses considerandos.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

A **Oradora**: — Quanto aos objectivos, seria justificável incluir entre eles, parece-me, em lugar de destaque, o da defesa e promoção da língua comum: a língua portuguesa.

Parece-me também oportuno que os países reunidos neste Fórum tenham, ainda, como objectivo, a possibilidade de se pronunciarem não apenas sobre as questões relativas ao seu próprio espaço mas ainda sobre outros temas da agenda da comunidade internacional, da qual também fazem parte e na qual deveriam ter uma voz activa.

Neste quadro, a existência de uma estrutura reforçada de diálogo e concertação interparlamentar, correspondente

ao espaço da lusofonia, constitui uma vantagem política evidente, aumentando a capacidade de defesa dos interesses dos Estados-membros no âmbito da comunidade internacional e das suas organizações. É, de facto, num quadro de crescente internacionalização e interdependência que se enunciam as grandes questões com que, no plano cultural, político e económico, os Estados e as sociedades se confrontam, hoje. Esta dimensão de interdependência exige da comunidade internacional uma permanente concertação política e requer, por sua vez, no plano institucional, novos modelos institucionais — e a CPLP e o Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa pode corresponder a esse modelo.

Mas recorde, Srs. Deputados, que aquilo que hoje estamos a aprovar é o modelo e, a isso, não se segue, necessariamente, um conteúdo intenso de concertação parlamentar que é necessário.

A este propósito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu gostava de fazer um segundo comentário, sobretudo neste momento, em que se vai votar este importante documento: a aprovação deste Estatuto confronta o Parlamento com uma responsabilidade.

A plena aplicação do documento aprovado em Cabo Verde exige, de facto, um forte compromisso político. A própria experiência de organizações congéneres, como a Commonwealth ou a Assembleia Parlamentar da Francofonia (APF), demonstra como estes modelos são resultado da sedimentação e de uma experiência de cooperação interparlamentar de dezenas de anos, o que não existe, de facto, entre nós — nós, os Estados de língua portuguesa. E o Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa não pode ser apenas uma ideia — uma boa ideia, uma boa intenção —, deve corresponder, efectivamente, às expectativas que, sobre ele, os Estados e os povos passarão a ter.

É certo que os parlamentos dos oito Estados de língua portuguesa têm, nos últimos anos, estabelecido laços de aproximação. Deve ser relevada a intensa e profícua cooperação que, no plano técnico e administrativo, se tem desenvolvido com sucesso entre os parlamentos e a aproximação legislativa que, em muitos casos, tem mesmo vindo a verificar-se.

O encontro com alguma regularidade dos presidentes, dando possibilidade a que o desígnio de uma cooperação política mais aprofundada tenha sido reiterado, poderá constituir também uma base sólida para esta nova fase do relacionamento parlamentar, mas é preciso ir mais longe, e a plena aplicação do documento aprovado em Cabo Verde depende de um forte compromisso político que os parlamentos têm de assumir ao aprovar este Fórum.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

A **Oradora**: — O significado político e histórico desta decisão é grande e a expectativa que se desenha é elevada não só para o nosso país e para o Brasil mas também para as democracias mais jovens, que poderão encontrar nesta cooperação mais um impulso para o seu aprofundamento. Seria negativo, é preciso dizê-lo, que as expectativas postas quer na CPLP quer no Instituto Internacional da Língua Portuguesa não tivessem sido cumpridas pelos Estados-membros.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

**A Oradora:** — Não seria conveniente que, mais uma vez, isto acontecesse.

Pensemos também na recente democracia de Timor; pensemos na situação de Angola, agora disponível para iniciar uma nova etapa da sua vida política; pensemos em todos os países membros e no significado de falarem a uma só voz num mundo tão interdependente e globalizado — um mundo de grandes espaços institucionalizados.

A rápida ratificação deste diploma por este Parlamento é um sinal positivo desse empenho e compromisso.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Importa explorar, tão completamente quanto possível, as potencialidades do diálogo interparlamentar entre estes países, tanto mais ainda quanto os parlamentos constituem um pilar essencial do sistema democrático. É este designio estratégico que devemos, hoje, aqui tomar como compromisso.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

**O Sr. Luís Fazenda (BE):** — Sr. Presidente, Sr. Membro do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Creio que nos devemos posicionar por um forte compromisso político, já aqui aludido, e sublinhar, no parecer da Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Patrício Gouveia — aliás, um excelente parecer e bastante detalhado —, uma questão, que não é retórica, que é a promoção da língua portuguesa. Ela tem uma contextualidade, porque sabemos, no âmbito deste compromisso político, que se quer forte, que a língua portuguesa, apesar de tudo, não é a única língua falada em alguns destes parlamentos.

Sabemos que as bibliotecas parlamentares de algumas das mais jovens democracias são paupérrimas na língua portuguesa; sabemos que os governos, porventura, por estratégias diversas, têm o seu pragmatismo — ora estão mais virados para o MERCOSUL, ou para a União Europeia, ou para a ASEAN, ou para a Commonwealth, ou para a comunidade francófona. Sabemos que as empresas que têm a seu cargo o interesse e a divulgação da língua portuguesa e que produzem conteúdos nesta área, sejam eles escritos, audiovisuais, electrónicos ou outros, não encontram, sobretudo nos mercados africanos, nem no mercado timorense, o elevado nível de consumo que rentabilize uma rápida penetração dessa indústria.

Creio que a comunidade dos parlamentos terá aqui uma folga importante, exactamente por não estar directamente sujeita a esse pragmatismo político e aos interesses de gestão da indústria de conteúdos em português, e pode, por ela própria, cimentar elites políticas que venham a desenvolver e a proteger a difusão do português, que está — e sabemos que está — ameaçado, a vários títulos e em várias áreas, quer pelo inglês, quer pelo francês.

Assim, sublinho, muito em concreto, esta questão da promoção da língua portuguesa, pois não creio que seja qualquer coisa apenas de emblemático e para marcar posição; pelo contrário, ela é profundamente necessária, é um trabalho que tem de se desenvolver e que os parlamentos podem, perfeitamente, implementar. O que menos nos interessará será, seguramente, a aproximação da técnica le-

gislativa e alguns outros objectivos, porventura muito ambiciosos, nesta fase.

Consolidar esta Comunidade, fazer a promoção do português e levar a que a comunidade dos parlamentos tenha uma voz activa na cena internacional e expressando-se em português, independentemente dos vários contextos geopolíticos, das várias organizações internacionais em que os Estados de língua portuguesa se manifestam, é, seguramente, um objectivo do Estado português, da projecção da sua política externa, e uma esperança que, mais uma vez, não pode falhar. Se há comunidade que não pode ser virtual e que não deve continuar virtual é esta, e por ela nos pronunciamos.

**Vozes do BE:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Celeste Correia.

**A Sr.<sup>a</sup> Celeste Correia (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A terceira reunião ordinária do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa tinha cinco pontos na agenda.

O primeiro ponto era relativo ao Estatuto do cidadão dos países de língua oficial portuguesa e a circulação no seio da comunidade — os dois grandes objectivos deste ponto, a liberdade de circulação e a igualdade de direitos para todos os residentes em cada um dos países, são generosos, mas a sua realização tem de ser feita com segurança para ser eficaz, dado que cada um dos nossos países tem obrigações contraídas para com terceiros.

O segundo ponto versava a problemática da dívida externa e o seu impacto no desenvolvimento dos países da CPLP — e é, de facto, urgente, Srs. Deputados, definir novos quadros de ajuda ao desenvolvimento.

O terceiro ponto incidiu sobre a promoção e protecção dos direitos humanos no seio da CPLP — e este deve ser o timbre da CPLP, pois as brechas, as fissuras, não podem abalar a firmeza da defesa dos direitos humanos.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — O quarto ponto versou sobre a dimensão parlamentar da CPLP como factor de fortalecimento da democracia e do desenvolvimento dos países da Comunidade.

O Sr. Presidente Mota Amaral referiu-se, na cidade da Praia, ao Fórum parlamentar como tendo surgido «(...) para colmatar uma lacuna na estrutura da CPLP, assegurando o devido papel às suas assembleias representativas». Essa lacuna era, de facto, sentida, apesar de, na Declaração Constitutiva da CPLP, se aludir ao estímulo ao desenvolvimento de acções de cooperação interparlamentar. E estas são, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, as grandes questões de actualidade para a CPLP.

Finalmente, o último ponto foi o Estatuto do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa, objecto do projecto de resolução que estamos a apreciar.

Este Estatuto compõe-se de 25 artigos, incluídos em cinco capítulos, a saber: Disposições gerais; Dos órgãos; Receitas e património; Secretários-Gerais dos Parlamentos; Disposições finais e transitórias.

O Fórum surge caracterizado no artigo 1.º como uma organização de concertação e de cooperação interparlamen-



tar entre os parlamentos nacionais da CPLP e integra três órgãos, como já aqui foi dito, designadamente: o Presidente do Fórum, eleito pela Conferência dos Presidentes dos Parlamentos, de entre os seus membros, com carácter rotativo e anual; a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos; a Assembleia Interparlamentar.

Este Estatuto entra em vigor com o depósito, junto do Presidente do Fórum, do 5.º instrumento de confirmação.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Uma apreciação específica será, talvez, um exercício provavelmente dispensável, porém quero deixar aqui algumas notas para uma revisão futura.

Em primeiro lugar, a alínea c) do artigo 3.º, que é «Promover e defender os direitos humanos;», ficaria, a nosso ver, mais completa se referisse, claramente, o seguinte: «Promover e defender os direitos, liberdades e garantias e os direitos humanos em geral;».

Em segundo lugar, entendemos ainda que a alínea d) do mesmo artigo 3.º ganharia imenso se fosse dividida em duas alíneas. Assim, a primeira seria «Examinar questões de interesse comum, tendo em vista a intensificação da cooperação cultural, educativa, económica, científica e tecnológica;» e a segunda «Promover o combate a todas as formas de discriminação e todos os tipos de tráficos e analisar em comum as políticas de imigração», nomeadamente através de um possível Observatório das Migrações da CPLP.

Em terceiro lugar, entendemos que deveria ser concretizada a periodicidade do relatório a submeter à Assembleia Interparlamentar sobre as actividades levadas a cabo pelo Fórum e conviria clarificar a alínea d) do artigo 23.º, cujo teor é «Assegurar a execução das decisões do Fórum», porque algumas destas decisões são da competência própria dos respectivos parlamentos nacionais.

Diria ainda que, se calhar, este Estatuto deveria consagrar princípios como o da busca de benefícios comuns, o do respeito pela independência de cada parlamento e pelo ordenamento jurídico que o rege, o da igualdade entre os seus membros, etc.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Este Estatuto constitui mais um importante passo na consolidação da CPLP, neste caso, na vertente parlamentar e legislativa, tendo o Parlamento português dado um contributo vital, na pessoa do seu ex-Presidente, Dr. António Almeida Santos, e na do actual, Dr. João Bosco Mota Amaral.

Este Fórum vai depender, entre muitos outros factores, da mobilização dos respectivos parlamentos nacionais, do encontro regular entre os presidentes destes órgãos de soberania, da sua capacidade financeira e, principalmente, de uma intensa cooperação política, técnica e administrativa.

A exploração do diálogo interparlamentar entre os países de língua portuguesa, sobretudo quando os parlamentos constituem um pilar vital do sistema democrático, poderá ser um importante instrumento para a consolidação de democracias mais jovens.

Sr. Presidente, citando-o, diria que «a lusofonia não pode permanecer como um conceito abstracto, mil vezes exaltado nas suas potencialidades mas sempre vazio de consequências práticas para a vida das pessoas». De facto, não pode! Pelo contrário, importa explorar, em favor do progresso e do bem-estar nas nossas sociedades, a matriz cultural que se encontra materializada numa experiência histórica comum e numa mesma língua, o que constitui um grande património no mundo globalizado de hoje.

Sr. Presidente, não tendo nada a ver com o que estamos a discutir, ou, talvez, tendo, gostaria de terminar dizendo que, num mundo onde se ouve cada vez mais o ruído do rufar dos tambores da guerra, importa realçar que as armas estão silenciadas em todo o espaço da CPLP, e isto dá-me um certo conforto.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia.

O Sr. Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O acto de ratificação do Estatuto do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa, por parte desta Câmara, é um acto de relevante significado político.

A cimeira constitutiva do mais recente Fórum da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa culminou com um longo trabalho diplomático, em que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente da Assembleia da República, se empenhou de forma muito particular, como é do conhecimento desta Câmara, e tinha sido já o caso, como é também bom lembrar, do anterior Presidente desta Assembleia da República, Dr. Almeida Santos.

Sr. Presidente, apreciámos muito a sua acção e esperamos que ela tenha a devida e merecida continuidade, porque aos parlamentos cumpre uma intervenção substantiva e é preciso que os cidadãos se revejam na acção parlamentar, muito especialmente orientada não apenas para a fiscalização da actuação dos governos mas também para a promoção dos valores da democracia, do Estado de direito, dos direitos humanos, associada a uma prática de tolerância e dignificação dos cidadãos.

Na reunião do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa, realizada em Novembro passado, na cidade da Praia, foi aprovado o Estatuto do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa, sobre o qual hoje somos chamados a pronunciar-nos.

Esse Fórum tem como principais objectivos, e permitam-me que os coloque em evidência, a contribuição para a paz e para o fortalecimento da democracia e das instituições representativas, a promoção e defesa dos direitos humanos, a harmonização de interesses e concertação de posições noutros fóra parlamentares, a promoção da harmonização legislativa e, também, a promoção do intercâmbio de experiências entre os diferentes parlamentos, deputados e funcionários.

O Estatuto deste Fórum requer uma cooperação parlamentar elevada e poderá constituir um significativo avanço nas relações parlamentares de todos os países lusófonos.

É preciso continuar a explorar os laços de aproximação e as potencialidades de diálogo interparlamentar entre os países de língua portuguesa. No entanto, o futuro da CPLP e deste Fórum, em particular, depende, naturalmente, da actuação concertada dos oito países que se comprometeram — e esperemos que seja um compromisso firme —, em pé de igualdade, a levá-lo por diante.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Entendemos que a estrutura do documento que nos é presente para ratificação é uma estrutura conveniente e uma boa base de trabalho e parece-nos que, no excelente relato feito pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Patrício Gouveia, existe um conjunto de sugestões

sobre as quais seria bom meditar para uma futura revisão do Estatuto. Pensamos que é particularmente importante o instrumento que é a *Network*, a rede de que se fala no artigo 4.º do Estatuto, pois pode ser extremamente relevante para a difusão rápida de informação e para o apoio técnico e político a todos os parlamentos. E dizemo-lo porque queremos que a CPLP seja um instrumento actuante, pois não o tem sido, em todas as circunstâncias e em todos os casos, no sentido de estar em cima dos acontecimentos. Pensamos que, particularmente neste momento, parece ter havido alguma dilação relativamente à realização da cimeira entre a União Europeia e África e, neste pormenor, a CPLP devia ter tido uma posição politicamente mais visível. De qualquer forma, noutras circunstâncias existe já um saldo positivo da actuação da CPLP.

Este, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é o momento de acreditarmos em que o que aqui hoje ratificamos contribuirá, significativa e positivamente, para a afirmação de um propósito comum: projectar e consolidar, na cena internacional, os especiais laços de fraternidade e de solidariedade que unem Portugal, Timor-Leste, os PALOP e o Brasil.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. Presidente: — Também para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Luísa Mesquita.

A Sr.ª **Luísa Mesquita** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O projecto de resolução que hoje estamos aqui a apreciar é relativo ao Estatuto do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa, que foi aprovado em reunião dos presidentes dos respectivos parlamentos, realizada na cidade da Praia, em Novembro de 2002.

Este Estatuto sustenta um conjunto de princípios e de objectivos que, na nossa opinião, terão de ser objecto de compromissos que não fiquem exclusivamente pelo conjunto de expectativas criadas e sustentadas no próprio texto mas que se concretizem numa acção planificada e concertada destes oito parlamentos. O Estatuto sustenta a sua formulação em afinidades linguísticas e culturais, num processo histórico comum, e, por isso, parte desta sustentação para criar um conjunto de sinergias, objectivando essa acção concertada e comum.

Exactamente neste preâmbulo de afinidades linguísticas e culturais, e salientamos a observação feita pela Sr.ª Relatora, a Sr.ª Deputada Teresa Patrício Gouveia, é fundamental que, em futuras alterações, se deixe transparecer, de uma forma muito mais clara e como objectivo crucial, a defesa e a promoção da língua portuguesa, não só por aquilo que também já hoje aqui foi referido mas, fundamentalmente, porque nós não temos, particularmente naquilo que tem a ver com o futuro da língua portuguesa, da sua promoção e da sua defesa, a leitura catastrófica de que estamos perante uma língua que, a curto prazo, a não ser defendida, poderá estar em causa. Não temos esta leitura! Pensamos que a defesa e a promoção da língua e da cultura portuguesas dependem muito de um conjunto de políticas de natureza cultural e de um conjunto de acções diplomáticas, mesmo na actual vertente da diplomacia económica defendida pelo actual Governo, que poderão, a curto, a médio e a longo prazos, se essas acções concretas se vierem a realizar, apostar nessa mesma defesa e promoção da língua, desde que haja vontade política para que isto aconteça.

O quadro nacional e o quadro internacional apontam para um posicionamento dos países africanos e, particularmente, do Brasil que permite considerar que um futuro diferente se pode evidenciar, defender e promover, no que à língua e à cultura portuguesas diz respeito.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Muito bem!

A **Oradora**: — Portanto, entendemos que não deve ser sustentado que este Fórum, ou este Estatuto, deve, de algum modo, criar sinergias para defender alguma coisa que reina como agonizante, pois deve, antes, defender e promover alguma coisa que, efectivamente, tem futuro, que é, de facto, a língua e a cultura portuguesas, se, para tanto, houver vontade política.

Gostariamos ainda de dizer que estamos inteiramente de acordo com uma outra análise feita neste relatório, que é, de algum modo, a de quebrar o espaço restrito do Fórum na defesa e na reflexão de políticas muito concentradas em volta do espaço lusófono. Esse espaço deve, antes, ser quebrado e alargado para que as reflexões do espaço lusófono possam ser uma mais-valia no sentido de uma intervenção mais alargada daquele que é o espaço territorial destes mesmos países, concretamente da Europa, da África e da América. Se esta concertação lusófona se condicionar e compaginar a essa restrição territorial, ela não terá, naturalmente, um futuro muito longínquo; ela tem de se concertar no espaço lusófono para uma intervenção geográfica em grandes discussões da agenda mundial, para outro espaço de reflexão que possa chegar aos diversos continentes. Portanto, também pensamos que para essa agenda alargada haverá condições, desde que exista vontade política, encontro de sinergias e acções concertadas e concretas.

Relativamente ao funcionamento do Fórum, consideramos também que os órgãos que permitem esse mesmo funcionamento deverão, naquilo que aos parlamentos nacionais diz respeito e concretamente no que é denominado por grupos nacionais, ser suficientemente representativos dos espaços das próprias assembleias. Portanto, independentemente do número encontrado, é preciso que esse número não seja, de algum modo, restritivo a essa representatividade alargada dos foros nacionais e, particularmente no que ao nosso Parlamento diz respeito, que os partidos políticos com assento nesta Casa não possam ver negada a sua voz, que deverá ser a de todos os partidos políticos presente nesse mesmo Fórum interparlamentar. E porque de outros foros interparlamentares fazemos eco, neste caso concreto de um fórum dos países lusófonos, por todas as razões e também por essa, não seria de modo algum defensável que este lato espaço, pudesse ser condicionado e que todas as suas vozes não pudessem fazer-se ouvir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, por estes aspectos que acabei de referir, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português considera que, de facto, é de ratificar o Estatuto do Fórum dos Parlamentares da CPLP e deixar para um momento posterior, porque disso se trata, as propostas de alteração e as sugestões que aqui já vieram e que são muito consensuais em todas as bancadas.

Termino dizendo que consideramos este Estatuto um desafio no bom sentido, relativamente ao qual se compromete, também no bom sentido, a Assembleia da República Portuguesa. E pelas responsabilidades históricas que daí lhe advêm e por esta ratificação também, que a Assem-

bleia da República Portuguesa seja o motor primeiro deste desafio, para que ele não fique pelas intenções da substância que o Estatuto nos trouxe aqui hoje mas fique pela realização concreta das acções para o que o Estatuto do Fórum se concretize nessa acção quotidiana que permita, com este alargar, a intervenção da lusofonia noutros espaços do mundo, sempre em prol da paz, da segurança e dessa voz alargada da História e das identidades cultural e linguística que são comuns aos nossos povos.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero também, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes referir que este Estatuto do Fórum dos Parlamentos da CPLP, que agora nos é apresentado para ratificação, aprovado em Novembro de 2002 na Cidade da Praia, é bastante positivo.

Queria também realçar, aqui, o papel quer do actual Sr. Presidente da Assembleia da República como do seu anterior Presidente e o empenho que tiveram nesta matéria.

Por outro lado, quero dizer que as afinidades linguísticas, culturais e históricas entre estes países remetem para uma aproximação necessária e benéfica para todos eles.

É por isso também que, lendo o relatório e ouvindo o que aqui foi apresentado pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora Teresa Patrício Gouveia, quero expressar que considero extremamente positivas as achegas — se me permite a expressão — que deu no sentido da melhoria deste Estatuto.

Por outro lado — e gostaria de realçá-lo —, parece-me que esta cooperação interparlamentar já se faz a diferentes níveis. Lembro aqui a constituição dos grupos parlamentares de amizade, que, na nossa perspectiva, poderiam também criar uma outra dinâmica de relacionamento entre os diferentes parlamentares, onde se faz também essa cooperação parlamentar através de uma colaboração técnica.

No entanto, parece-me que o passo que está a ser dado é mais amplo e vai no sentido de uma verdadeira cooperação política entre estes diferentes parlamentos. É, na minha perspectiva, a valorização da actividade parlamentar destes diferentes parlamentos, órgãos legislativos por excelência, representantes das populações, onde se promove, a nível nacional, um debate político intenso e permanente.

Por isso considero também extremamente positivo o que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Luísa Mesquita acabou de referir quanto à composição dos órgãos do Fórum, no que respeita à pluralidade que os mesmos devem conter nessa mesma composição, porque os parlamentos reflectem essa pluralidade, são por ela enriquecidos e, portanto, havia todo o benefício em que esses órgãos reflectissem também essa pluralidade de existência de diferentes grupos políticos nos diferentes parlamentos.

Esperamos — a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Patrício Gouveia referiu-o no final da sua intervenção e eu gostaria de terminar também desta forma — que este Estatuto, esta realidade em concreto não se fique por uma mera intenção, antes constitua uma realidade forte, uma realidade prática, que beneficiará, certamente, todos os países integrantes deste projecto. Para Portugal e para a Assembleia da República constituirá certamente uma mais-valia de conhecimento e de intervenção parlamentares.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

O Sr. **Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação** (António Lourenço dos Santos): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: É com muita satisfação que me dirijo a VV. Ex.<sup>as</sup> nesta ocasião de afirmação do Fórum dos Parlamentos dos Países de Língua Portuguesa.

Com efeito, congratulamo-nos com esta iniciativa de aprofundamento da relação entre os países da CPLP na sua dimensão parlamentar, que é o eixo, por excelência, da vida política democrática. Em boa hora os presidentes dos parlamentos dos países lusófonos, na Cidade da Praia, aprovaram o projecto de Estatuto do Fórum. Embora este não constitua um órgão da CPLP, estamos convictos de que a vitalidade do espaço lusófono beneficiará em muito do relacionamento interparlamentar, que passa a dispor de uma referência institucional consistente.

Fundamentamos esta convicção em várias razões.

Em primeiro lugar, o Fórum exigirá dos órgãos da CPLP uma atenção redobrada às preocupações concretas dos povos e dos cidadãos da nossa comunidade. Ninguém melhor do que os parlamentares pode transmitir e projectar os anseios das populações.

Em segundo lugar, o Fórum beneficiará também da proximidade específica às opiniões públicas e aos eleitores para difundir a CPLP e contribuir assim para o reforço do sentimento de pertença dos diferentes povos a uma verdadeira comunidade, assente na língua e em raízes culturais e históricas comuns.

Em terceiro lugar, faculta ao espaço lusófono mais uma plataforma de diálogo político e de apoio a iniciativas diplomáticas conjuntas.

Em quarto lugar, contribuirá também para uma reflexão permanente, da qual não podemos nem devemos eximir-nos, tendo em vista uma continuada melhoria do funcionamento dos mecanismos de concertação entre os países lusófonos.

Em quinto lugar, o Fórum proporcionará, além disso, um melhor acompanhamento da evolução política e social dos países lusófonos e tornará mais fácil e fluido o relacionamento entre os protagonistas políticos, particularmente entre os parlamentares.

Em sexto lugar, constituirá, portanto, uma alavanca para o aprofundamento permanente da democracia em todos os Estados-membros, contribuindo assim, por esta via, para que a CPLP se afirme na cena internacional.

Por último, mas não menos importante, refiro o contributo que o Fórum dará certamente para a consolidação e afirmação do espaço lusófono e, por isso, da língua portuguesa como veículo estratégico na comunicação internacional.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tem, hoje, reais possibilidades para se afirmar como uma resposta activa às tendências contemporâneas da integração e da globalização. Somos hoje 200 milhões de falantes, nos próximos 50 anos poderemos ser mais 130 milhões. Estou seguro de que saberemos projectar a articulação que existe entre os Estados-membros da CPLP como paradigma de adaptação ao tempo e à história do relacionamento entre diferentes países, povos e culturas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação: Seja-me permitida uma palavra de agradecimento às referências simpáticas que me foram feitas por alguns dos oradores desta sessão e que junte a minha voz ao coro dos que se referiram ao trabalho desenvolvido neste domínio pelo meu ilustre antecessor Presidente António Almeida Santos.

O Sr. **Joel Hasse Ferreira (PS)**: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Foi o seu rasgo fundador que deu origem a um processo de aproximação dos parlamentos dos países de língua portuguesa que tem seguido com passos certo e que, julgo eu, vai dar muitos frutos, para benefício dos povos que falam a nossa Língua.

Ainda recentemente, uma missão do Fórum, que já está funcionando informalmente, deslocou-se à Guiné-Bissau em defesa da instituição parlamentar desse país, que está a atravessar um período extremamente difícil. Foi esta missão formada pelos Presidentes dos Parlamentos de Cabo Verde e de Moçambique e regressou muito recentemente de Bissau. Portanto, estamos trabalhando e vamos continuar a fazê-lo.

Julgo que o Estatuto que está perante a Assembleia da República permite alterarmos certas formas de trabalho, num sentido que foi focado por vários oradores e que é exactamente o de assegurar uma participação plural dos diversos organismos do diálogo interparlamentar no âmbito da lusofonia. Na fase inicial, as reuniões restringiam-se aos Presidentes dos Parlamentos, mas, a partir de agora, teremos um organismo, a Assembleia Parlamentar, que passa a ser composta por delegações plurais de diversos parlamentos correspondentes à proporcionalidade das representações nacionais existentes em cada um desses países.

Num futuro mais longínquo, esperamos que possa existir dentro da organização da CPLP uma verdadeira assembleia parlamentar da CPLP. Mas isso passa por uma alteração do Tratado fundador da Comunidade, o que é matéria da competência exclusiva dos governos e necessitará, com certeza, de algum amadurecimento maior no domínio deste diálogo e desta cooperação interparlamentar.

Não sei se seremos o primeiro Parlamento a ratificar este documento. Creio que Cabo Verde já se nos antecipou, mas, se porventura assim aconteceu — eles também eram os «donos da casa», foram os que promoveram a aprovação desse documento —, nós seremos quem o aprovou imediatamente a seguir e com isso damos um sinal muito claro do compromisso da Assembleia da República de Portugal num projecto estratégico para a afirmação de Portugal e da Língua portuguesa.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, antes de encerrar a sessão quero fazer uma breve referência ao pequeno desaguiado que houve entre a Mesa e dois grupos parlamentares no período de antes da ordem do dia acerca das declarações políticas de hoje. Pensando a questão, ocorreu-me que teria sido possível resolver o problema se porventura nos pusessemos de acordo em substituir essas declarações políticas pelo tempo dedicado ao período de antes da ordem do dia na sexta-feira. Isso não me ocorreu na altura, mas também não ocorreu aos ilustres representantes dos partidos em questão, pelo que divido a responsabilidade por nós três e ficamos só com 33% cada... É porque, de facto, é sempre antipático

— uma figura de que não gosto nada — não conceder a palavra ou retirar a palavra. Essa é das piores tarefas que cabe a quem se senta nesta cadeira, de modo que espero que este pequeno incidente se resolva, como já disse algures, sem *hard feelings* entre todos. Por isso, espero podermos ouvir a intervenção do Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, que estava muito zangado e já não queria falar na sexta-feira.

Srs. Deputados, a próxima reunião plenária será amanhã, pelas 15 horas, tendo como primeiro ponto da ordem do dia o debate mensal com o Primeiro-Ministro, que, conforme já foi circulado, versará sobre o tema da justiça.

Segue-se a discussão conjunta das petições n.ºs 9/VIII/1.<sup>a</sup> — Apresentada pela Comissão Dinamizadora para a Defesa do Serviço de Atendimento Permanente do Norte do Concelho de Santa Maria da Feira, chamando a atenção para a necessidade de reabertura do SAP nas instalações do extinto hospital daquela localidade, e 75/VIII (2.<sup>a</sup>) — Apresentada por Vasco Cunha e outros, solicitando que a Assembleia da República adopte medidas no sentido de ser construído um nó de acesso directo à A1 no concelho do Cartaxo.

Debateremos, depois, as petições n.ºs 33/VIII (1.<sup>a</sup>) — Apresentada pela Associação Sindical de Professores Licenciados, solicitando que a Assembleia da República proceda à revisão do artigo 120.º do Decreto-Lei n.º 1/98, de 2 de Janeiro, que altera o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensino Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, por forma a que todos os docentes com, pelo menos, 55 anos de idade e 30 anos de serviço tenham direito à aposentação voluntária, com a pensão por inteiro, independentemente de qualquer outro requisito, e 40/VIII (2.<sup>a</sup>) — Apresentada pelo Sindicato Nacional dos Professores Licenciados, solicitando que a Assembleia da República proceda à revisão do artigo 120.º do Decreto-Lei n.º 1/98, de 2 de Janeiro, que altera o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensino Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, por forma a que todos os docentes com, pelo menos, 55 anos de idade e 30 anos de serviço tenham direito à aposentação voluntária, com a pensão por inteiro, independentemente de qualquer outro requisito.

Como é quinta-feira, haverá ainda lugar a votações.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

*Eram 18 horas e 35 minutos.*

*Srs. Deputados que entraram durante a sessão:*

**Partido Social Democrata (PSD):**

António Paulo Martins Pereira Coelho  
Bruno Jorge Viegas Vitorino  
Carlos Parente Antunes  
Henrique José Monteiro Chaves  
Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá  
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira  
Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro  
Sérgio André da Costa Vieira

**Partido Socialista (PS):**

Artur Rodrigues Pereira dos Penedos

## Partido Popular (CDS-PP):

Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio

## Partido Comunista Português (PCP):

José Honório Faria Gonçalves Novo

*Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:*

## Partido Social Democrata (PSD):

António da Silva Pinto de Nazaré Pereira  
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
Maria Eduarda de Almeida Azevedo  
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira

## Partido Socialista (PS):

Alberto Bernardes Costa  
Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins

## Partido Comunista Português (PCP):

Lino António Marques de Carvalho

*Srs. Deputados que faltaram à sessão:*

## Partido Social Democrata (PSD):

Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa  
José Manuel Pereira da Costa  
Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado

## Partido Socialista (PS):

Francisco José Pereira de Assis Miranda  
João Rui Gaspar de Almeida  
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
José Alberto Sequeiros de Castro Pontes  
José Eduardo Vera Cruz Jardim  
José Manuel de Medeiros Ferreira  
Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta  
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque

## Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco

## Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85



### IMPrensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

---

**PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLuíDO 5%)**

**€ 1,90**

---

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa.